



3 1953: Maringá ganha uma Agência do Banco do Brasil

As terras do município são constituídas quase que exclusivamente de terra roxa apurada, alcançado o talhão de húmus, em certas partes, a profundidade que atingem a mais de 10 metros. É esse, sem dúvida, um dos fatores da riqueza da região, pois ali a percentagem de produção de café por 1.000 pés atinge a cifras não igualadas em outras regiões cafeicultoras. O solo de Maringá é considerado superior às férteis terras da província de Buenos Aires, na Argentina ou às dos melhores distritos tritícolas do Canadá [...]. Prevê a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná que Maringá, pela sua posição favorável - situada à meia distância na estrada de ferro Ourinhos-Guaíra - e centro geográfico da região cafeeira do Paraná, seja, dentro de alguns anos, a maior cidade do interior do Estado, superando, em todos os setores, a cidade de Londrina. Muito embora tal previsão nos pareça ser um tanto otimista, não resta a menor dúvida que Maringá está fadada a tornar-se um dos mais importantes centros cafeeiros do Brasil. (BRANCAGLION, 1952; ANEXO A).*

*Armando Romeu Brancaglioni, funcionário do Banco do Brasil em Cornélio Procopio-PR, em seu relatório datado de 21 de junho de 1952, informando sobre as possibilidades da instalação da agência do Banco do Brasil em Maringá.

3.1 Banco do Brasil: um pouco de história

O Banco do Brasil é constituído como sociedade de economia mista e tem o Tesouro Nacional como o maior acionista, seguido pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), capital estrangeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESPar) e pessoas físicas e jurídicas.

Sua história se inicia com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, motivada pela iminente invasão do Exército Napoleônico a Portugal. Na cidade de Salvador, em janeiro de 1808, D. João VI abriu os portos da colônia aos navios estrangeiros. No Rio de Janeiro o príncipe fundou um grupo de novas instituições, entre elas, faculdades médicas, Biblioteca Nacional, Jardim Botânico e o Banco do Brasil, no dia 12 de outubro.

A história do BB é indissociável da história do próprio País. Surge como um robusto meio de troca e da criação de uma agência emissora de papel-moeda, agindo como propulsor das atividades sociais e econômicas do Brasil:

Antes de o Banco do Brasil ser criado, operavam no setor de crédito apenas alguns capitalistas nacionais e ingleses, recentemente estabelecidos, que sacavam sobre as praças européias e recebiam dinheiro em conta corrente ou depósito, na maior parte das vezes para passá-los aos bancos da Inglaterra ou convertê-los em títulos de renda assegurada. (BANCO DO BRASIL 200 ANOS, n. 1, [2009], p. 4).

Em 1820, um balanço mostrava que o Banco do Brasil financiava importantes obras públicas, como o Teatro São João e a Alfândega, no Rio de Janeiro. O Brasil do Primeiro Império (1822 a 1831) vê a liquidação do Banco do Brasil em 1829 e a abdicação de D. Pedro I, que põe fim ao seu governo de natureza centralista e que atravessava forte crise econômica. Até 1840, o Brasil é governado provisoriamente por regentes que enfrentam muitos movimentos de revolta. Entre 1829 e 1838, não existe no País, qualquer instituição bancária regular e formalmente constituída (XAVIER, 2007, p. 36).

Ao retornar para Portugal em abril de 1821, o rei D. João VI deixa para trás um Brasil transformado: escolas de ensino superior, fábricas de ferro, pólvora e tecidos, moinhos de farinha de trigo, compositores, maestros, dançarinos, cantores, arquitetos, pintores, cientistas e professores.

Sua última providência antes de partir, no entanto, tinha sido desastrosa para o País, que tentava dar os primeiros passos como nação independente. O rei mandara raspar os cofres do Banco do Brasil e encaixotar às pressas o ouro, os diamantes e outras pedras preciosas estocadas no Tesouro. (GOMES, 2010, p. 57).

O Banco, que já vinha sendo dilapidado pelo governo, com esse golpe, é inevitável o seu fechamento em 1829 e sua liquidação em 1833.

No segundo reinado do império do Brasil (1822-1889), após o seu encerramento em 1833, Irineu Evangelista de Sousa (Visconde de Mauá) criou, em 1851 uma nova instituição denominada Banco do Brasil. Este Banco se fundiria com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1853, liderado pelo Visconde de Itaboraí. A instituição conservou o nome de Banco do Brasil, desta vez, com todas as características oficiais. Em 5 de julho de 1853 foi sancionada por D. Pedro II a lei que criava o Banco do Brasil, resultante dos dois bancos particulares que funcionavam na cidade do Rio de Janeiro. A abertura oficial do Banco ocorreu em 10 de abril de 1854, sendo seu primeiro presidente o conselheiro João Duarte Lisboa Serra, substituído a seguir pelo Visconde de Itaboraí. Nesse ano, demonstrando preocupação em recrutar e formar os melhores quadros, o Banco cria o primeiro concurso público para contratar escriturários. O ingresso no Banco, via concurso público, disponibilizaria à empresa, nas próximas décadas, quadros preparados para as tarefas da rotina bancária.

O modelo administrativo é sustentado pela rígida hierarquia e pela burocracia pensada e executada por funcionários com nível de instrução acima da média, formação que os coloca em posição de destaque. Os detentores de cargos mais altos, inclusive, têm influência nas esferas governamentais. (XAVIER, 2007, p. 41).

Sob a condução do ministro da fazenda Bernardo de Souza Franco, em 1857, é realizada uma reforma bancária, com a criação de seis novos bancos emissores, fazendo com o que o BB perdesse a exclusividade do seu poder de emissão de papéis de créditos. Surgem os seguintes bancos: Banco Comercial e Agrícola, Banco da Província do Rio Grande do Sul, Banco da Província de Pernambuco, Banco da Província do Maranhão, Banco da Província da Bahia e Banco Rural e Hipotecário. O BB continua obrigado ao recolhimento do papel que fazia funções de numerário e mantinha na presidência pessoas nomeadas pelo governo. Os novos bancos emissores, enquanto isso, não sofriam nenhum controle direto do Executivo. Destituído de seus privilégios, o Banco do Brasil entrou no processo comum de competição com os outros bancos, mas conservou o prestígio, a capacidade monetária e o patrimônio, realmente vantajoso, que adquirira nos anos em que funcionou com os benefícios da sua posição monopolística (BANCO DO BRASIL S. A., c1988, p. 51).

No final da década de 1860, com o fim da Guerra do Paraguai, a economia se encontrava em crise e o Banco do Brasil teve que adaptar-se.

O movimento abolicionista foi outra consequência que contribuía para as dificuldades do Banco, considerando que os proprietários de escravos resolviam dar espontaneamente emancipação a escravos que figuravam como garantia de empréstimos, provocando uma baixa geral nas garantias das operações bancárias. Em 1888, constatava-se que a abolição não traria as consequências que se imaginava, uma vez que o escravo não era mais julgado fator

indispensável da produção; e as estatísticas, principalmente das safras abundantes de algodão, açúcar e borracha no norte do País, estavam provando de modo incontestável a superioridade do trabalho livre (BANCO DO BRASIL S. A., c1988, p. 107).

Em 1890, é autorizado o funcionamento de outra instituição emissora de moeda, denominada de Banco dos Estados Unidos do Brasil, posteriormente fundindo-se ao Banco Nacional do Brasil, dando origem ao Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. O Governo, em setembro de 1896, baixou o decreto n.º 1.167, autorizando a fusão do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. A nova instituição foi denominada de Banco da República do Brasil. A diretoria do novo banco compunha-se de nove membros, dos quais o presidente, o vice-presidente e mais um diretor eram nomeados pelo governo.

Rodrigues Alves era eleito presidente do Brasil em 1902. O Banco da República sofre uma reorganização três anos depois. Foram aprovados os Estatutos do Banco do Brasil, e ao ser considerado liquidado o Banco da República, este tem os seus bens, direitos e ações incorporados e sub-rogados ao Banco do Brasil, que ia ser criado (BANCO DO BRASIL S. A., 2010, p. 115). Com o decreto 1.455 de 30 de setembro de 1905, que aprova os estatutos do Banco do Brasil e liquida o Banco da República do Brasil, inicia-se a terceira fase do BB. O governo passou a deter 50% do capital e o controle administrativo da nova instituição. Ressurge, assim, o Banco do Brasil, com o aproveitamento das instalações e do acervo do Banco da República.

No período compreendido entre 1914 e 1919, ocorre uma expansão e prosperidade no Banco do Brasil, com aumento de depósitos e do número de contas-correntes, possibilitando a evolução dos lucros da instituição. Os serviços do BB encontram-se em ritmo crescente. No período de 1906 a 1910, foram criadas as agências nas cidades de Manaus, Santos (22/08/1908), Belém, Salvador, Recife, Porto Alegre e Campos-RJ. Posteriormente (1917/1919) foram acrescidas: Corumbá, Maceió, Aracaju, Três Corações, Uberaba (10/08/16), São Paulo, Florianópolis, Natal, Ilhéus, Vitória, São Luís, Parnaíba, Juiz de Fora, Cataguases, Santa Luzia do Carangola, Ponta Grossa, Barretos, Ribeirão Preto, Varginha, Pelotas, Belo Horizonte, Jaú, Rio Grande, Bagé, Joinville e Livramento.

No início do século passado, a estrutura dos bancos se sofisticava, acompanhando a dinâmica do processo econômico do País. As rotinas administrativas variavam de banco para banco. O corpo funcional era composto por gerente, contador, tesoureiro, ajudante, chefe de seção, escriturário, porteiro e contínuo. Até a década de 1920, o trabalho bancário era exclusivamente manual. Na década de 30, aparecem os copiadores de gelatina e é permitida a escrituração à máquina. Só na década de 40 é que foram introduzidas em larga escala as máquinas de calcular (KAREPOVS, 1994, p. 8-9).

A queda da bolsa em Nova York, em 1929, faz com que o BB socorra produtores e exportadores, decorrente da queda no preço do café. Este fato acarreta redução nos lucros do Banco.

A interiorização das agências foi realizada pelos presidentes do BB, João Ribeiro (1906/1909), Honório Baptista (1914/1919) e João Maria Whitaker (1920/1922). Em 1923 havia 70 agências em funcionamento. No início de 1929, 73 agências e em 1931, 83 agências. Em 31/12/1932, o BB possuía 2.585 funcionários. Com a gestão de João Marques do Reis, a partir de 1937, foram aceleradas as inaugurações pelo interior do Brasil. Em 31/12/1940, o Banco possui 139 sucursais e subagências. No final de 1941, 261 agências em funcionamento ou em fase de instalação. Em 1942 foram inauguradas 62 subagências. Com a admissão de funcionários do concurso realizado em 1941, o número desses trabalhadores cresceu, naquele ano, para 6.396. Em 1951, o BB era servido por 13.503 funcionários (PINHEIRO, 2011, p. 174, 178, 241, 332, 394).

Nos anos 1930, o País ainda não contava com a sistematização da área financeira para a concessão de crédito para agricultores e industriais. Os produtores penavam com empréstimos de curto prazo feitos pelos bancos de depósitos e descontos para o custeio da produção. E mais uma vez, o Banco do Brasil foi instrumento para impulsionar a economia, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai) em 1936, conforme citado em (BANCO DO BRASIL 200 ANOS, n. 5, [2009], p. 47).

. Era um projeto antigo que se consolidava e se constituiria no importante instrumento de produção agrícola no País.

A Carteira de Comércio Exterior (Cacex) surge em 1941 com vistas a estimular e amparar a exportação de produtos nacionais.

Em 1945, diante da necessidade de um órgão controlador e fiscalizador do sistema bancário, surge a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Essas funções seriam transferidas, em 1964, para o Banco Central do Brasil e para o Conselho Monetário Nacional (CMN), fruto da reforma bancária (Lei 4.595).

No ano de 1986, o Banco do Brasil deixa de ser autoridade monetária com a extinção da Conta Movimento, portanto, sem acesso ao mecanismo que lhe permitia suprimento automático de recursos para as operações de interesse do Governo Federal (OLIVEIRA, 2001, p. 71). É nessa época que se consolida o embrião da “Família-Ouro”, ampliando a ofensiva de conquista de mercados e aumentando o raio de ação do Banco. São lançados a Poupança-Ouro (Caderneta Rural), o Ourofix (Fundo de Renda Fixa), Ourocard (Cartão de Crédito) e o Caixa-Ouro.

Logo em seguida o BB assume a condição de banco múltiplo, podendo operar em outros segmentos do sistema de intermediação financeira, criando as subsidiárias: BB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; BB - Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento; BB - Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; BB - Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.; BB - Administradora de Cartões de Créditos S.A. e BB - Banco de Investimentos S.A. O BB chegou ao bicentenário como a maior instituição financeira do País.

3.1.1 O novo logotipo do BB

Em 1968 o BB completava 160 anos. Para comemorar esse importante marco, é instituído o concurso público destinado a escolher novo logotipo da empresa, do qual participaram 4.471 candidatos, com cerca de 5.000 trabalhos apresentados.

Integraram a comissão julgadora o paisagista Burle Marx, o escritor Adonias Filho, o jornalista Celso Kelly e os pintores Iberê Camargo e Maria Margarida Soutello.

Selecionados os cinco finalistas, a diretoria se reuniu para apreciá-los. Por sete votos contra quatro, foi escolhido o que representava uma forma estilizada de cifrão e de dois “bês”. Foi vencedora a equipe composta pelos artistas profissionais Dircio Guilhaon, José Milton Ferrari e Humberto Bonetti.

O trabalho baseou-se num quadro contendo as duas letras entrelaçadas e sobrepostas em linha diagonal, identificando-se com o cifrão, para aumentar a força significativa. Seus atores apresentaram o símbolo de 11 maneiras diferentes: diagramação simples, positivo-negativo, reduções em positivo-negativo, em cores, comportamento de uma cor sobre vários fundos coloridos, em sugestão para painel de cerâmica ou azulejo, em alto e baixo relevos e em versão linear; com sugestão para impressão em cheque e em pesos para papéis, de modo simples e comemorativo (REVISTA DESED, n. 11, jan. fev. 1969).

O novo símbolo foi necessário para diferenciar dos logotipos do Banco da Bahia e do Banco Boavista, que causavam confusão na mente dos clientes pela configuração de dois “bês” em sua marca (Figuras 1-2).

Adotando o amarelo como cor institucional do Banco e buscando a modernidade e a jovialidade expressas pela cor, o BB unifica o visual de seu conglomerado, cujo reconhecimento saltou de 54% nos anos 80 para 91% em 1993. Assim, todas as empresas subsidiárias adotam o símbolo BB: BB Turismo, BB DTVM, BB Investimentos, BB Cartões, BB Corretora de Seguros, BB Leasing, BB Leasing Company e BB Securities.



Figura 1 - Logotipo do Banco do Brasil, pré-1968 (Fachada do Centro Cultural do Banco do Brasil, em São Paulo)



Figura 2 - Logotipo atual do Banco do Brasil

3.1.2 Satélite: endereço telegráfico do Banco do Brasil

A introdução do telégrafo no Brasil atendia aos interesses do Estado Monárquico, para acompanhar a evolução tecnológica dos países da Europa Ocidental. Criado em 1844, por Samuel Morse, passou a imprimir uma nova forma de comunicação naquela época.

A história da implantação do telégrafo no País atravessa, dentre outros fatores, um projeto político e econômico que marcava o Império Brasileiro sob a administração de D. Pedro II. O projeto era apresentado como uma necessidade iminente de desenvolvimento e dinamização da nação, sobretudo, nos quesitos socioculturais. Desta forma, as mudanças iniciadas pelo Imperador envolveriam o Brasil em “ares de modernidade”, suplantando os modos de vida e de sociabilidade, nesse momento, alcunhados de tradicionais (GRUNKRAUT, [s.d.], disponível no site http://www.coopermiti.com.br/coopermiti_admin/pdfs/b87d6a82d8121b5f6ff4ba00e448abc4.pdf, acesso em 08/01/2013).

A inauguração da primeira linha telegráfica no Brasil ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1852, com a ligação via cabo subterrâneo entre a residência imperial da Quinta da Boa Vista e o Quartel Central do Exército. No dia 17/03/1855 era criada a Repartição Geral dos Telégrafos do Brasil.

O Banco do Brasil registrou como seu endereço telegráfico junto aos Correios e Telégrafos a expressão SATÉLITE, no mínimo, desde 1888, conforme registrado no “Almanach da Província de São Paulo”, daquele ano, disponível no site www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01654700/016547_COMPLETO.pdf. Páginas digitalizadas, p.230-234 (SECKLER, 1888, p. 199-203). Esse endereço era uma forma de agilizar e simplificar a transmissão de mensagens, já que o custo era calculado por letras. Uma única palavra, registrada oficialmente pelos interessados nos Correios e Telégrafos, o endereço telegráfico substituíu o nome e o endereço dos destinatários de telegramas. Alguns endereços telegráficos ficaram tão conhecidos pelo público que as empresas o adotaram em substituição ao nome empresarial. No meio bancário, o termo Satélite já está consolidado como se fosse sinônimo do Banco do Brasil. Entretanto, não se conseguiu descobrir o motivo de sua escolha como endereço telegráfico, que foi utilizado até mesmo como nome de associações dos funcionários do Banco do Brasil.

O porquê da utilização do termo “Satélite” pelo BB não é bem clara e não há referências nos livros históricos a respeito, permitindo sugerir algumas hipóteses para sua escolha. A primeira deixa transparecer que o Banco do Brasil, por ser o órgão responsável pela emissão de dinheiro, desde a sua criação, e exercendo as funções de um banco central, agia como se fosse um “planeta” com vários corpos gravitando a seu redor. Ou seja, um banco com uma função privativa de emissão de papéis e que abasteceria os demais bancos (satélites) do País. Recorrendo ao dicionário Houaiss, verifica-se que a expressão “Satélite” significa país, nação que, embora formalmente independente, depende, em suas decisões, de maior importância

e alcance, das posições de outro país, estado ou nação. O BB, com capital majoritário estatal, embora independente como instituição financeira, necessita do aval governamental para a execução da política creditícia, o que configuraria a segunda hipótese: o BB orbitando em torno do governo.

A terceira hipótese conduz ao entendimento de que, possivelmente eram os funcionários do Quadro de Portaria (também conhecidos como “Apoio” ou “Contínuo”) os responsáveis pela recepção e encaminhamento de mensagens do Banco para a Agência de Telégrafo e vice-versa. Daí serem conhecidos ou tratados como Satélite.

O termo SATÉLITE relacionava-se fortemente com o BB. No serviço de compensação de cheques, executado pelo BB, era utilizado o carimbo, no qual se incluiu aquele termo, que perdurou até o início da década de 2000. No meio bancário, todos conheciam o BB como satélite. Os outros bancos também tinham seus respectivos endereços telegráficos próprios. No serviço de telex, o BB também utilizava o mesmo endereço telegráfico. Quando o Banco do Brasil adotou o domínio na rede social, como parte da reformulação visual da marca, deixou de usar o termo satélite, para adotar o nome do próprio Banco.

3.2 Banco do Brasil em Maringá: interação com a comunidade

A agência do Banco do Brasil em Maringá se confunde com a história da própria cidade, assim como a do Banco confunde-se com a de muitos municípios espalhados pelo País.

Em 21 de junho de 1952, por meio do expediente SUPLA-52/1, o funcionário Armando Romeu Brancaglioni, de Cornélio Procopio, no estado do Paraná, enviava o relatório à Direção Geral do BB, no Rio de Janeiro, contendo os estudos sobre as condições e possibilidades de instalação de uma agência na cidade de Maringá.

Nesse documento havia estudos bem detalhados e ricos em informações sobre a cidade e a região. Tratava-se de dois volumes, em que o primeiro descrevia sobre a região de Maringá em, pelo menos, três capítulos. O segundo apresentava a região de Paranaíba.

Somente no primeiro capítulo, havia todo o histórico da cidade, do custo de vida, da divisão territorial, do clima, dos dados demográficos, bem como, históricos sobre o ensino da região, a quantidade de veículos e dos meios de transportes (ferrovias, rodovias, transporte aéreo). Uma parte importante do capítulo referia-se à energia elétrica e ao escoamento da produção. Informava, também, a infraestrutura armazenadora existente (cooperativas agrícolas, propriedades agrícolas, armazéns gerais, máquinas de benefícios), além de estatísticas sobre a pecuária, indústria e comércio (estabelecimentos comerciais, falências, concordatas e protestos), número de estabelecimentos de crédito, rendas públicas (arrecadação municipal, estadual e federal). Constavam, ainda, informações sobre a produção das safras do ano de 1952 (safra agrícola, produtos de origem animal, produtos agrícolas transformados, indústria extrativa mineral, produção industrial).

Já no segundo capítulo, informações importantes sobre empresas de Maringá, cadastradas na filial de Londrina, com indicadores do volume de operações, compunham parte dessa história. Nesse capítulo foram apresentadas as possibilidades de operações pela Carteira de Crédito Geral, Crédito Agrícola e Crédito Industrial, captação de depósitos, e projeções de receitas, despesas e resultados financeiros da nova filial do BB. Além disso, no terceiro, havia uma análise da estrutura do local, para a instalação da filial, incluindo-se as propostas de locação do prédio da nova agência.

Importantes documentos fotográficos e cartográficos foram anexados ao relatório, a fim de enriquecer esse estudo para a obtenção de um parecer favorável. Havia fotos da vista parcial da cidade, com aspectos importantes de vias públicas, de um hotel e de um cinema em construção, do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, da estação rodoviária, da planta da cidade e do mapa do Norte do Paraná.

Destacava-se também no relatório, que o plano diretor da cidade era um dos mais perfeitos já executados no País, prevendo-se um crescimento populacional da localidade em até 100.000 habitantes, obedecendo a modernas concepções da arte urbanística, definindo praças, jardins, bosques, áreas para chácaras, bairro residencial, parte industrial e centro bancário, além de uma avenida central, com 46 metros de largura e outra, a Avenida Brasil, com 55 metros de largura, por 6.000 de extensão. Várias outras avenidas menores, com 30 metros de largura e ruas entre 15 e 25 metros, perfaziam a região.

Em sua análise sobre a cidade, o funcionário do BB, Brancaglione (1952) lembra que Maringá, “com mais de cinco anos de existência progredira de maneira a não haver paralelo no País, sobrepujando, em muito, não só a antiga sede municipal, Mandaguari, como também, todas as cidades situadas a oeste de Londrina.”

Com solo levemente ondulado, havendo completa ausência de acidentes geográficos, a topografia favorecia grandemente as culturas cafeeiras, reduzindo os maléficos efeitos da erosão e facilitando os serviços de carpas e colheitas. Assim descrevia Armando Romeu Brancaglione (1952) sobre Maringá e, ainda, informava:

As terras do município são constituídas quase que exclusivamente de terra roxa apurada, alcançado o talhão de húmus, em certas partes, a profundidade que atingem a mais de 10 metros. É esse, sem dúvida, um dos fatores da riqueza da região, pois ali a percentagem de produção de café por 1.000 pés atinge a cifras não igualadas em outras regiões cafeeiras. O solo de Maringá é considerado superior às férteis terras da província de Buenos Aires, na Argentina ou às dos melhores distritos tritícolas do Canadá.

O clima na região era ameno, com precipitações pluviométricas bem distribuídas durante todo o ano. Num período de observação de 21 anos (região de Londrina) constatou-se a média de 1.385 milímetros de chuvas anuais. A maior ocorrência de chuvas era verificada nos meses de inverno, de abril a agosto, fase que favorecia o desenvolvimento do cafeeiro.

Não tinha ocorrido geadas na região na época. A temperatura mínima era superior a 0° C e as máximas atingiam aproximadamente 30°C.

Conforme registrava o relatório, o número de edificações da região comprovava o crescimento vertiginoso desde maio de 1947 a dezembro de 1952:

Maio 1947	Dezembro 1947	Dezembro 1948	Dezembro 1949	Dezembro 1950	Dezembro 1951	Dezembro 1952
50 edificações	250 edificações	600 edificações	1200 edificações	1500 edificações	2200 edificações	2600 edificações

Com uma população urbana estimada em 16.000 habitantes, a cidade contava com 60 hotéis e pensões, três cinemas e mais um com 2.000 poltronas, em construção, além de cinco hospitais, dois dos quais com aparelhos de raios X, um laboratório de análises e pesquisas, posto de higiene mantido pelo governo estadual, 10 farmácias, 30 médicos, 10 dentistas, 100 bares, confeitarias e sorveterias e aproximadamente 300 casas varejistas.

Havia ligações rodoviárias para todas as localidades, com um movimento diário de 150 ônibus, com maior movimento entre Maringá e Londrina. Importante meio de transporte na época era o avião, atuando em escalas regulares as empresas REAL e VASP, com voos para São Paulo, Curitiba, Londrina, Paranavaí e demais cidades do Norte do Estado, do Sul do Mato Grosso e do interior de São Paulo, utilizando-se do aeroporto da cidade, com pista de terra batida, com 1.200 metros de extensão. Registra, ainda, o relatório, a existência de duas outras empresas aéreas, denominadas “BOA” e “SETA”, com aviões para dois ou três passageiros, muito procuradas por compradores ou proprietários de fazendas da região.

O aumento da população da região era um dos maiores verificados no País. A afluência de nordestinos, mineiros, paulistas, gaúchos e catarinenses, além dos próprios paranaenses do sul do estado, que buscavam trabalho em sítios e fazendas, era a responsável pelo aumento da população na região.

O censo de junho de 1951 indicava o número de habitantes na região, conforme tabela abaixo. Naquele ano, ocorreram 3.248 nascimentos registrados no cartório local, além de 450 casamentos.

Base	População			
	Urbana	Suburbana	Rural	Total
Censo de junho de 1950	6.179	1.210	33.024	40.413
Estimativa para janeiro de 1952	16.000	4.500	60.000	80.500

Fonte: IBGE, 1951.

Maringá ainda não tinha o serviço ferroviário. A estrada de ferro ia até Apucarana, a 74 quilômetros. Entretanto, os trilhos já estavam a 10 quilômetros de Maringá.

A energia elétrica era gerada por um motor a óleo cru, de 150 HP, que fornecia luz e força a reduzido número de prédios particulares. A maioria das casas já possuía iluminação própria, gerada por pequenos motores a gasolina ou óleo diesel. O governo do Estado havia adquirido dois motores diesel, com capacidade de 600 HP cada um, e que entrariam em funcionamento dentro de alguns meses.

Não havia serviço de água e esgoto e todas as construções de alvenaria eram obrigadas a dispor de instalações de esgoto com fossas higiênicas. A água era obtida em poços, com bombas de recalque para transporte e distribuição.

No que diz respeito às comunicações, o relatório destacava que na cidade ainda não havia o serviço telefônico ou telegráfico, mas que a linha telefônica estava em construção desde Apucarana até Maringá. No entanto, a construção terminaria no final daquele ano e, no próximo seria instalada a rede telefônica urbana, que já contava com mais de 600 pedidos de aparelhos. A cidade contava com uma estação de rádio emissora, com prédio próprio e auditório em construção.

3.3 O alto custo de vida em Maringá em 1952

O relatório, elaborado pelo funcionário Armando Romeu Brancaglioni (1952), registrava um fato interessante da Maringá ainda criança: o alto custo de vida, com dados levantados e registrados, como se vê na tabela a seguir:

Tabela 1 - Relatório do Alto Custo de Vida em Maringá

Itens	Custo-Cr\$
Litro de leite	5,00
Dúzia de ovos	12,00
Um quilo de carne com osso	22,00
Garrafa de água mineral	7,00
Corte de Cabelo	20,00
Corte de Cabelo com barba	30,00
Salário mensal de empregada doméstica, com refeições e alojamento em casa dos patrões	800,00 a 1.000,00
Salário diário de trabalhador rural (enxada)	60,00
Salário diário de trabalhador rural (machado para derrubada)	90,00
Salário diário de trabalhador (pedreiro)	100,00 a 120,00
Salário diário de trabalhador (carpinteiro, eletricista e encanador)	120,00 a 150,00
Salário mensal mínimo de empregado de escritório em firma de 1.ª ordem	3.000,00
Salário mensal mínimo de empregado (caixeiro de loja)	1.500,00
Renda mensal de garçom (inclusive gorjetas) em restaurante de 1.ª ordem	4.000,00 a 5.000,00
Pensão mensal de estabelecimento de classe inferior (cama e comida) para solteiros	1.500,00
Diária em hotel de 2.ª ordem (só quarto) sem refeições nem café da manhã	50,00
Refeição em restaurante de 1.ª ordem (sem bebidas)	60,00
Aluguel de casa de alvenaria (3 quartos e dependências)	3.000,00
Aluguel de casa de madeira (3 quartos e dependências)	2.500,00
Aluguel de loja, no centro comercial, com duas portas	10.000,00

Fonte: Brancaglioni (1952).

Diante do custo de vida que a cidade apresentava, os bancos ofereciam vantagens aos seus funcionários, disponibilizando residências para os casados e quartos ou “repúblicas” para os solteiros. O Banco Comercial do Estado de São Paulo, segundo Brancaglioni, disponibilizava, graciosamente, residência para o gerente na parte superior da agência. Além disso, o Banco adquiriu duas casas de alvenaria destinadas ao seu contador e a uma “república” para os solteiros. Nenhum aluguel era cobrado de seus funcionários. Outros bancos, como o Banco do Estado do Paraná, Banco Comercial do Paraná e o Banco Noroeste do Estado de São Paulo, adotavam a mesma prática.

Em relação à área de lazer, relatava Brancaglioni que os maringenses dispunham de dois clubes de futebol, um recreativo e um aeroclube. Além disso, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná cedeu um terreno para que se criasse uma sede própria para fins sociais e organizacionais para que a elite local se reunisse.

No tocante ao ensino, segundo apontamentos, a cidade contava, naquele ano, com dois grupos escolares em funcionamento e um em construção, além de um ginásio particular com registro federal, uma escola de comércio, ainda, em organização, três escolas de corte e costura e um curso de pilotagem.

Outro dado pitoresco informado diz respeito aos veículos existentes na cidade que correspondiam a 80 autos de aluguel, em oito pontos de estacionamento; 60 charretes de aluguel, em três pontos de estacionamento; 50 ônibus licenciados, havendo dezenas de outros, pertencentes a empresas sediadas fora do município que por ali trafegavam sem registro local; 400 automóveis particulares; 800 caminhões de carga; aproximadamente 850 carroças e 1.200 bicicletas.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná iniciou as vendas de terras, na região, em 1947, dividindo a área em lotes rurais de quinze alqueires e fazendas com mais de cem alqueires. A procura por esses lotes era intensa, o que provocava longas filas. Dessa forma o município contava com seis mil propriedades rurais, das quais, boa parte era formada por lavouras de café. Nos arredores da cidade foram vendidas quinhentas chácaras de um a cinco alqueires.

De um lado, a principal atividade industrial, na época, era o beneficiamento de café, representada pelas empresas Irmãos Suzuki Ltda., Inácio Moraes Teixeira, Ikuji Nishi e Paulo Afonso de Mesquita Sampaio. Funcionavam, ainda, doze máquinas de beneficiar arroz; uma máquina de benefício de algodão; vários moinhos de fubá, de pequeno porte e pequenos alambiques para produção de aguardente. Não havia armazéns gerais. Os maquinistas e os exportadores de café possuíam armazéns próprios para a estocagem do produto.

Por outro, a indústria madeireira, aproveitando as derrubadas para a formação de cafezais, expandia-se. Eram, pelo menos, quinze serrarias localizadas no perímetro urbano e mais outras dez na região. A maioria das madeiras era utilizada no município, e um pequeno percentual desse material destinava-se às indústrias de móveis de São Paulo, Santo André e São Caetano do Sul.

A cidade, ainda recém-criada, registrava o enorme movimento do comércio com quarenta oficinas mecânicas, vinte e uma olarias, quinze marcenarias. Foram construídas, também, cinco fábricas de carroças, cinco de ferrarias e cinco de esquadrias, além de dois pequenos frigoríficos, uma fábrica de cama de madeira, uma de palmito em conserva e diversos moinhos de fubá. Os pequenos alambiques, as trezentas casas varejistas de mercadorias em geral, os cem bares, botequins e sorveterias, as pensões, as firmas compradoras de cereais compunham a prosperidade da região. Além disso, outros estabelecimentos, como dezoito farmácias, quinze firmas atacadistas, dez açougues, dez postos de gasolina, dez hotéis, doze escritórios comerciais, quatro ateliês de fotografia, duas empresas construtoras, dois pequenos frigoríficos e um bazar, evidenciavam o desenvolvimento do local.

Eram muitas as dificuldades para o transporte de cargas e correspondências. Não obstante o regular serviço aéreo de passageiros, cargas e encomendas, a agência postal local não recebia e nem expedia malas aéreas, por falta de autorização da diretoria dos correios. O serviço de correio terrestre era moroso e, por falta de comunicação telegráfica com a cidade, os bancos e principais empresas locais expediam suas correspondências dentro de caixinhas de papelão, como encomenda aérea, por intermédio da REAL ou da VASP, modalidade que assegurava a entrega no dia imediato em qualquer ponto do País. O Banco Brasileiro de Descontos chegou a adquirir um “jeep” que percorria a região Norte do Paraná três vezes por semana, passando por Maringá e efetuando a entrega e coleta de correspondências, postadas no correio aéreo de Londrina.

As instituições financeiras também se faziam presentes, contribuindo para o fomento da região. Ali estavam instalados o Banco Brasileiro para a América do Sul, Banco Brasileiro de Descontos, Banco Comercial do Estado de São Paulo, Banco Comercial do Paraná, Banco do Estado do Paraná, Caixa Econômica Federal, Banco Mercantil de São Paulo e Banco Noroeste do Estado de São Paulo. Em fase de instalação, o Banco Moreira Sales e Banco Itaú. Havia ainda outros quatro bancos com carta-patente expedida para a cidade: Banco Bandeirantes do Comércio, Banco Comércio e Indústria de São Paulo, Banco da Lavoura de Minas Gerais e Banco Sul América.

A futura agência do Banco do Brasil iria jurisdicionar o município de Maringá, Mandaguaçu (antiga Villa Guaira), Nova Esperança (antiga Capelinha), Campo Mourão (parte norte e noroeste). Além disso, de acordo com os estudos apresentados no relatório, a agência (6.^a classe) deveria iniciar com um gerente, um contador, um caixa, um chefe da Creai, mais oito escriturários, um contínuo e um servente.

Em seu parecer, Armando Romeu Brancaglione se manifestara favoravelmente à instalação imediata da filial do BB em Maringá, pois a abertura da agência, naquele momento, era de extrema necessidade e urgência, não só para a ampliação da rede de filiais, como também para alavancar os setores comerciais e agrícolas na região Norte Paranaense.

Restava escolher o local para o início das atividades da agência. O funcionário do BB, Armando Romeu Brancaglioni (1952), em seu relatório, esclarece que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná havia reservado um lote na área central da cidade, em frente à Praça Raposo Tavares. A Companhia venderia o terreno ao Banco, por um preço cinquenta por cento abaixo do valor de mercado, desde que o Banco construísse um edifício de pelo menos dois pavimentos no lote, conclui:

Em nossa opinião, considerando o desenvolvimento esperado da futura agência, em que o Banco deva adquirir as duas datas acima para construção imediata de edifício própria para a agência, de preferência com três pavimentos, destinando o térreo para as instalações da filial, que poderão ser bem amplas (a área dos lotes é de 952 m²) e, a exemplo dos demais estabelecimentos bancários locais, que oferecem residência a seus funcionários para compensar o alto custo de vida (vide, por obséquio, Cap. 1.º item 3), construir apartamentos para casal e solteiro nos pavimentos superiores, locando-os aos servidores da Casa por preços razoáveis.

Essa, a nosso ver, é a melhor solução para dotar a agência de instalação adequada e, igualmente, para acomodar administradores e funcionários numa região, onde os aluguéis são proibitivos e as residências não oferecem conforto.

Não obstante a opção da aquisição do imóvel, que atendia aos interesses do Banco, foram efetuadas pesquisas para eventual locação de prédio existente no município, para abrigar a filial. A primeira proposta foi apresentada pela empresa Comércio e Indústria Sahão S.A., de Londrina, que construiria o prédio, com áreas reservadas para residência de funcionários. Outra proposta foi a de Adolfo Andreuscotti, comerciante na cidade, e que estava construindo na Avenida Duque de Caxias, um prédio com dois pavimentos.

A terceira proposta foi a de João Tenório Cavalcante, “lavrador e um dos maiores empreiteiros de formação de cafezais da localidade.” Havia iniciado a construção de um edifício de três pavimentos na Avenida Duque de Caxias, esquina com a Rua XV de Novembro. E, finalmente, a proposta de Ângelo Planas, que explorava uma casa comercial no Maringá-Velho, estava construindo um edifício com três pavimentos na Avenida Brasil, em área bem central.

O desenvolvimento que ocorria nas cidades do Paraná, principalmente, no Norte do Estado, atraiu a atenção dos maiores estabelecimentos bancários do País. O Banco do Brasil, seguindo sua tradição de fomento dos setores agrícolas e industriais, instala sua agência em Maringá, no dia 19 de dezembro de 1953, um ano após a posse do primeiro prefeito. O local escolhido para o seu funcionamento foi o prédio de propriedade do pioneiro maringaense João Tenório Cavalcanti, nas esquinas das avenidas Duque de Caxias com a Rua XV de Novembro, onde, posteriormente, funcionaria a Biblioteca Pública Municipal.

Para a abertura da nova agência, vieram primeiramente, funcionários da administração: Boanerges de Menezes Caldas, como gerente e Raimundo Correia de Menezes, como contador;

na função de caixa: Álvaro Pereira; e os escriturários pertencentes ao quadro funcional: Ailton de Moraes Braga e Lauro Simas de Alencar; o contínuo José Pereira de Araújo e os adidos: Dario Bandeira Pimentel, Dilson Alves Bello, Edson Alves, Floriano Carlos Zilig, Ary Oriel Almada, Eloysio Pereira Vianna, Hamlet Yong Filho, Jorge Medeiros Vale, Elvio Lemos e Oziel de Jesus Chaves.

Instalada pelo diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, senador Abilon de Souza Naves, a agência do Banco do Brasil iniciava seus trabalhos com poucos funcionários, em sua maioria, adidos.

Lauro Simas de Alencar, em depoimento publicado neste livro, e presente na festa dos 50 anos da AABB, lembra quando aqui chegou:

Um nordestino de nome Severino, informado de que éramos funcionários do Banco do Brasil chegando para sua inauguração no dia seguinte, nos levou pela estrada de chão, resfolegando o famigerado pó vermelho que, confiado e impunemente esvoaçava a qualquer movimento do carro ou da leve brisa que viera nos recepcionar e que, pela persistência, nos acompanharia por muito tempo [...]. A cerimônia oficial foi marcada com a abertura de uma conta de depósitos em nome de João Tenório Cavalcante, fazendeiro e proprietário de diversos imóveis em Maringá, inclusive o prédio onde estava sendo inaugurado o banco e outra conta em nome de Américo Dias Ferraz, conhecido pioneiro, industrial, comerciante e amigo do Boanerges. Seguiu-se com luto almoço servido no restaurante Lovat, do senhor Herbert Mayer que mais tarde administraria o “Grande Hotel Maringá” construído pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (informação verbal)¹.

3.4 “Agência do Banco do Brasil em Maringá equipara-se às de maior movimento em todo o Brasil”

Este é o título da matéria sobre a agência do BB em Maringá, inserida no periódico Norte do Paraná em Revista, editado em setembro de 1958, quando a agência contava com apenas cinco anos de atividades, e que é importante transcrever seu conteúdo:

O Banco do Brasil, centro oficial da economia nacional, tem cumprido de maneira notável as suas finalidades e está sempre presente aos maiores impulsos que se tem dado ao progresso do País. Através de suas diversas Carteiras, apresenta-se como esteio das mais importantes iniciativas e das realizações de maior vulto.

Assim que se despertou aos olhos da Pátria, o desenvolvimento impressionante da cidade de Maringá, que aparecia no coração da mata como uma nova esperança de grandeza, o Banco do Brasil mandou para lá os seus funcionários com a missão de inaugurar ali uma nova agência da rede bancária oficial do País. Era em 1953, nos últimos dias de dezembro.

Veio no momento mais oportuno, pois trazia consigo o socorro aos cafeicultores, prejudicados pelas geadas daquele ano.

¹ Lauro Simas de Alencar, em depoimento neste livro.

A reportagem apontava também os resultados da nova agência que, ao final de 53, apresentou o seu primeiro balanço, verificando o resultado das atividades daqueles seus poucos dias de presença na vida econômica da região ainda com prejuízo. No primeiro semestre seguinte de 1954, o resultado ainda era negativo, todavia, a partir do segundo semestre, desse mesmo ano, verificou-se lucros expressivos que somavam em centenas de milhares de cruzeiros e a agência revelava o primeiro sinal de suas amplas possibilidades. E, daí em diante os lucros foram sempre crescentes. Em 1956, atingia o ápice de cinco milhões de cruzeiros.

A revista ressalta a atuação da agência, frisando que:

[...] desde o início a Carteira Agrícola e Industrial tem sido a alavanca propulsora do desenvolvimento da agência em Maringá. Naquele mesmo período agrícola de 1954, que terminou em 31 de outubro, essa Carteira atendeu a 458 mutuários, correspondendo, a cada um, um contrato. E a elevação do número de financiamentos era impressionante, enquanto que, por falta de funcionários, a Carteira desdobrava-se para poder cumprir com eficiência as suas altas responsabilidades. Aliás, toda a agência se debatia, nessa época, por falta de elementos de escrita. Em 1955, o número de funcionários chegou a ser de apenas sete, sendo dois deles somente escalados para a carteira agrícola. Mesmo assim, porém, conseguiram atender a 600 contratos.

Finaliza a reportagem, afirmando:

O magnífico trabalho da Carteira Agrícola do Banco do Brasil em Maringá, abre horizontes largos aos lavradores da região e a equipe de funcionários competentes e dinâmicos coloca a Agência em situação privilegiada entre as de maior movimento em todo o Brasil. (NORTE DO PARANÁ EM REVISTA, 1958).

Dez anos depois da instalação da agência, novo local era escolhido: a Praça Raposo Tavares. No dia 17 de fevereiro de 1963, os funcionários estavam na nova sede e Milton Mendes era o gerente, que havia sucedido a Eduardo Silveira da Rosa.

O ato solene de inauguração contou com presença do diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Léo de Almeida Neves. Na ocasião, usaram da palavra o advogado do Banco do Brasil, Airton Pinheiro, em nome dos funcionários da agência do BB em Maringá; o jornalista Antenor Sanches, representando o prefeito de Maringá; Carlos Bueno Neto, presidente da Sociedade Rural; Emílio Germani, presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá; deputado federal Renato Celidônio e, por último, o diretor do BB, Léo de Almeida Neves.

Com o crescimento da cidade, a agência sentiria o aumento do volume de serviços e haveria a necessidade de mais funcionários para o atendimento de seus clientes. Daí a mudança para um espaço maior para comportar mais funcionários, facilitar a divisão de setores e a movimentação de pessoal da agência bem como a de clientes.

Passados 25 anos, a agência do BB voltaria à avenida que a abrigou sua primeira moradia: Duque de Caxias. Surge, finalmente, em moderna e funcional instalação, o novo prédio, com doze pavimentos e, que mais tarde, abrigaria também o Centro de Processamento de Serviços e Comunicações (Cesec).

Participaram da administração da agência em Maringá:

Boanerges de Menezes Caldas
Eduardo Silveira da Rosa
Milton Mendes
Mário Bulhões da Fonseca
Herse Monteiro
José Nunes de Farias
Orozimbo de Assis Goulart Filho
Remo Longo
César Cório di Buriasco
Alaor Claudino de Oliveira
João Arno Czerveny
Valdemir Diniz
Ortogamis Bento
Oriovaldo Lázaro Brita
Milton Laforga
José Sanches Navarro
Sérgio Vercezi Filho
Maurício Lauro Maschietto
Vanderlan Pedro da Silva

A cidade, com o aumento populacional, necessitaria de mais agências para atender à demanda dos segmentos industrial, comercial e de serviços. Ampliando o seu raio de ação, iniciam-se as instalações de agências em áreas estratégicas da cidade. Em 19 de junho de 1989, é instalada a agência Maringá Velho pelo gerente Luiz Antonio de Castilho. Em 08 de março de 1991 é a vez da agência Cidade Canção, instalada pelo gerente Eurides Zucolin. Seguem, nesta ordem, as agências Cidade Verde (22/03/1991, gerente-instalador Mauro Murakami); agência Catedral (05/02/2001, gerente-instalador Milton Laforga, encerrada em 18/02/2008); agência Empresa-Noroeste (05/08/2002, gerente-instalador Marcos Antonio Kruger); agência Pioneiros (18/07/2005, gerente-instalador Junior Domingos Cuginotti); agência Catedral (10/09/2008, gerente-instalador Aldo José Wagner) e agência Estilo (28/10/2010, gerente-instalador Valmor de Fátima Ferreira Bueno).

3.5 Restaurante Lord Lovat - palco das ideias que originaram alguns clubes de Maringá

O restaurante Lord Lovat, construído pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, de propriedade do pioneiro maringaense Herbert Mayer, localizado na esquina da Avenida Tiradentes com a Rua Men de Sá, era um dos pontos de encontro dos funcionários da agência do BB em Maringá, na primeira metade da década de 1950. O prédio foi ocupado pela Câmara Municipal de Maringá no período de 1956 a 1982. Em junho de 1952, aquele restaurante seria palco de uma reunião de onde surgiria a ideia para a fundação do Rotary Club de Maringá, conforme relata o Boletim Semestral do Rotary Club de Maringá na reportagem:

[...] quando naquela noite de 16 de junho de 1952, aqueles abnegados e obstinados rotarianos conseguiram chegar a Maringá, após enfrentar um dia inteiro de chuvas e de lama, vindos de Londrina, para plantar nesta cidade, ainda em seus primórdios, com apenas 5 anos de existência, a semente de algo novo, que seria o Rotary Club de Maringá, mal sabiam o desafio a que se propunham e que resultados teriam. (ROTARY...,2012, p. 2).

Neste mesmo local, foi realizado o almoço comemorativo de inauguração da agência do Banco do Brasil (19/12/1953). O restaurante também seria utilizado para outra importante reunião, no dia 28 de junho de 1956, quando foi fundado o Maringá Clube. Donaldi Serra e Pedro Cezar Gomes Lemos participariam, anos depois, da diretoria do clube. Raimundo Messias Barbosa de Carvalho, advogado do BB, seria presidente do clube de 1992 a 1996.



Fotografia 7 - Restaurante Lord Lovat

Legenda: Localizado na esquina da Avenida Tiradentes com a Rua Mem de Sá, o Restaurante Lord Lovat, de propriedade do alemão Herbert Mayer, era um dos pontos de encontro dos funcionários da agência do Banco do Brasil em Maringá, na primeira metade da década de 1950. O prédio foi ocupado pela Câmara Municipal de Maringá, de 1956 a 1982. Atualmente, abriga uma pizzeria.

Fonte: Museu da Bacia do Paraná, UEM, PR.

3.6 A presença feminina no Banco

A crescente industrialização, a urbanização, o desenvolvimento de novas atividades no setor terciário, dentre outros acontecimentos ocorridos entre a segunda e terceira décadas do Século XX, possibilitaram a abertura de novos espaços no mercado de trabalho, tanto para homens quanto para as mulheres.

O envolvimento dos países capitalistas com a eclosão da Primeira Grande Guerra exigiu que nações como o Brasil, importadoras de produtos industrializados, ampliassem sua incipiente indústria, para suprir suas necessidades mais imediatas. O surto de industrialização que então se verificava exigia a importação de novos contingentes de mão de obra não só na indústria, mas também no comércio e nos serviços, o que facilitou a abertura para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho (PETERSEN, 1999, p. 88). Em sua tese de doutorado, Áurea Tomatis Petersen (1999, p. 90-91), pesquisou inúmeros anúncios em jornais da capital gaúcha, de mulheres oferecendo seus serviços profissionais, entre os anos 1920 e 1930. Eram anúncios de professoras particulares, que se propunham a ensinar as primeiras letras, em geral na residência de seus futuros alunos, e de professoras de canto, piano ou pintura. Além desses anúncios, havia os de tradutora juramentada de inglês, francês, espanhol e alemão e de cirurgiã-dentista com clínica exclusiva para senhoras, senhoritas e crianças. Isso demonstrava que, pouco a pouco, algumas mulheres começavam a exercer certas profissões que antes eram exclusivamente masculinas.

O censo de 1920 indicava que no Brasil 51,5% dos homens e 7,8% das mulheres estavam no mercado de trabalho; já em 1940, registrava 82,8% dos homens e 19,2% das mulheres (PETERSEN, 1999, p. 95).

No início da década de 1940, verifica-se maior estímulo ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Os trabalhos oferecidos, geralmente, eram em escritórios, sendo exigido que as moças fossem boas datilógrafas, tivessem fundamentos de cálculos, redação própria e conhecimento de inglês.

Enquanto vários bancos do setor privado começaram a admitir mulheres em seus quadros desde 1920, Áurea Tomatis Petersen (1999, p. 189) esclarece que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, fundado em 1928, objeto de sua tese de doutorado, somente permitiu o ingresso de mulheres em 1943:

A Guerra Mundial de 1939-45 e seus desdobramentos levaram a Direção do Banco, em 19 de março de 1943, a emitir a Resolução de n.º 406, a qual comunicava que, devido ao confronto mundial e à convocação dos homens para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), bem como devido ao esvaziamento que se verificava no quadro funcional do banco, fora decidido admitir moças como funcionárias, a título precário.

Esse fato não era motivado, fundamentalmente, pela escassez de funcionários homens, mas pela preocupação em arcar com as despesas que teriam com os trabalhadores que fossem convocados para a guerra, uma vez que teriam que pagar 50% do salário de seus empregados chamados para o serviço militar, por força da legislação da época, ressalta Áurea Petersen.

Em 1968, o presidente Costa e Silva assinava a Lei n.º 5.473, proibindo a discriminação de sexo para provimento de cargos sujeitos a seleção, nas empresas públicas e privadas, nas autarquias e nas sociedades de economia mista. A lei qualificava como crime qualquer ato discriminatório no preenchimento de vagas. Isso levou muitas empresas a repensarem sua política de pessoal. Entre elas, o Banco do Brasil.

Em 27/04/1969 o Banco do Brasil realizou a seleção para auxiliar de escrita n.º 111, que facultou o ingresso de mulheres por meio de concurso externo, na famosa “Ref. 050” (BOLETIM DE INFORMAÇÃO AO PESSOAL - BIP [BANCO DO BRASIL S.A.], n. 95, 1.ª quin. mar. 1982).

Ocupando cada vez mais os postos no Banco, atualmente, elas exercem funções comissionadas em toda a estrutura organizacional do Banco, o que representa uma presença feminina de 33% nesses cargos.

Hoje as mulheres representam quase a metade do funcionalismo bancário no País. Sílvia Kazumi Takizawa, por exemplo, foi a primeira mulher da agência do Banco do Brasil em Maringá. Tomou posse no dia 03 de novembro de 1969, ano em que o Banco retoma a realização de concurso para a carreira administrativa, admitindo mulheres.

Interessante relato a respeito da participação das mulheres no BB encontramos no livro **Satélite: a obra dos homens – 1935-1991** de autoria de Pontin (1991, p. 63-64), quando esclarece que poucas pessoas sabem que entre 1920 e 1940 os concursos do Banco eram abertos às mulheres. A falta de conhecimento de contabilidade, matéria do concurso, dificultava a aprovação delas. Porém, muitas tomaram posse no BB e tiveram uma carreira brilhante.

O site do Banco do Brasil (A mulher no BB, acesso em 15/01/2013) faz referência ao ano de 1969 como marca do início da história das mulheres como funcionárias do BB. Registra o site do Banco do Brasil S.A. ([1969]) que:

O processo de seleção do Banco do Brasil daquele ano, abriu, pela primeira vez, inscrições para candidatas do sexo feminino ao cargo de escriturário. Antes, as mulheres eram admitidas apenas para as funções de telefonista e auxiliar de mecanografia.

Embora o site do BB faça menção que as mulheres passaram a fazer parte do quadro de funcionários a partir de 1969, o escritor Fernando Pinheiro, autor do livro “História do Banco Brasil”, em artigo “As pioneiras no BB”, publicado em 13/11/2012, no seu blog, esclarece que em 6 de setembro de 1918 “as portas de madeiras nobres da Rua da Alfândega [...] se

abrem para receber Francia Lindgren, a 1.^a mulher a ingressar no Banco do Brasil”. Com base na publicação anual “Almanaque do Pessoal” (1974, 1977), o escritor demonstra que a presença feminina no BB cresce significativamente a partir da década de 1920 e elenca pelo menos cinquenta funcionárias, indicando a data da posse e/ou aposentadoria/exoneração, entre 1922 e 1959.

Somente no final da década de 1940, a Direção Geral passou a proibir a inscrição de mulheres nos concursos, mantendo em seu quadro de funcionários, as que já haviam ingressado (PONTIN, 1991, p. 63).

As empresas que prestavam serviços ao BB (telefonia e limpeza) empregavam, na sua maioria, mulheres. Quando o BB decidiu suprimir a prestação de serviços por empresas contratadas na agência-centro de São Paulo, houve muita preocupação por parte das mulheres daquelas empresas, que passaram, então, a pressionar a Direção Geral, por meio de cartas, pedindo a realização de concurso para que elas pudessem ser contratadas, culminando com a realização do primeiro concurso interno para as mulheres e aprovação da maioria delas. “A partir de 1970, a participação de mulheres nos concursos externos voltaria a ser liberada, e o Banco se corrigiria do mau passo das duas décadas anteriores, quando impediu a presença de mulheres em seus concursos.” (PONTIN, 1991, p.64).

O Boletim de Informação ao Pessoal - BIP [Banco do Brasil S.A.], em sua edição de n. 85, 1.^a quinz. out. 1981 informava que para um total de quase 100 mil funcionários, mais de 23 mil eram do sexo feminino, num percentual aproximadamente de 25%. Elas estavam assim distribuídas pelo quadro funcional: 21.427 no posto efetivo, 3 gerentes-adjuntos e 2.458 em outras comissões.

Em entrevista ao Jornal da AAFBB – Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil, edição de janeiro-fevereiro de 2009, Karlos Rischbieter, ex-presidente do Banco do Brasil (1977 a 1979), se manifestava a respeito da não nomeação de uma mulher que passara em primeiro lugar em concurso interno do Banco:

O que me chamava a atenção era o machismo. Eu lembro que fizemos um concurso interno e uma mulher ficou em primeiro lugar, mas acabou não sendo nomeada. Para explicar, argumentaram que ‘mulheres são complicadas’. Diante disso, determinei: ‘Não só vai nomear, como ela vai escolher onde ela quer ir’. Ela quis ir para a França... (risos). (RISCHBIETER, 2009, p.7).

A primeira mulher a galgar o posto máximo de uma agência foi motivo de publicação especial no Boletim de Informação ao Pessoal - BIP [Banco do Brasil S.A.], n. 110, out. 1982. Érica Moser Pereira, gerente-adjunto de Formosa do Rio Preto-BA, foi nomeada gerente para a agência de Campo-Erê-SC. Declarou a funcionária que ao tomar posse no posto efetivo, em 22/04/1971, recebeu a mensagem da Diretoria do Banco, na qual dizia que aquele cargo, no Banco do Brasil, não havia sido dado a ela, mas conquistado por seu mérito.

Não obstante esta informação veiculada no Boletim de Informação ao Pessoal - BIP [Banco do Brasil S.A.] n. 110, out. 1982 o jornalista Fernando Pinheiro autor do livro História do Banco do Brasil, destaca que a primeira mulher a exercer o cargo de gerente do Banco do Brasil é Lucy Maria Costa, em 1959, na Agência de Capelinha-MG. Acrescenta, ainda, que na área externa, o pioneirismo é de Maria Cecília Teixeira, nomeada em 1980, para exercer o cargo de gerente-adjunto da agência de Paris, França. A permanência de Maria Cecília Teixeira, na capital francesa, se estende até os idos de 1986. No ano seguinte, é transferida para os Países Baixos, onde exerceu o cargo de gerente da Agência de Bruxelas, Bélgica, no período de 26/1/1987 a 11/2/1990 (chapa previforte: www.previforte.com.br/1959-primeira-mulher-assume-gerencia-no-bb/).

Esclarece o jornalista que o pioneirismo da mulher no Banco do Brasil, exercendo cargos relevantes, está no gabinete da presidência (gestão Whitaker 20/12/1920 a 27/12/1922), na Diretoria de Câmbio (desde 1939), na chefia do antigo Departamento de Secretaria (desde 1961), no Departamento de Engenharia (desde 1969), na gerência de agência no exterior (desde 1980), na Assessoria de rede no País (desde 1981), em chefia da AJURE (desde 13/11/1989) e em Superintendência Estadual (desde 28/2/1997) (PINHEIRO, 2011, p. 19, 859).



Fotografia 8 - Foto de abril/maio - 1954 - Primeira agência - Av. Duque de Caxias esquina com XV de Novembro
 Legenda: *Sentados - da esquerda para a direita:* Dutra, Jarbas Reis Brandão, Oziel Jesus, Raymundo Correa Menezes (contador), Boanerges Menezes Caldas (gerente-instalador da agência do BB em Maringá em destaque), Álvaro Pereira (caixa), Manoel Theofânio, Dário Bandeira Pimentel (adido), Edson. *Em pé - fila do meio -* Hêlvio Lemos, Orlando, Lauro Simas de Alencar, Hamlet Young Filho (adido), José Ferreira Machado, Rubens Pereira, Ronny Botelho, Aylton Moraes Braga, Luiz Anísio Silveira Palhano de Jesus. Última fila - Aloysio Brandão Marchon da Silva, Acyr Pereira, Benjamim Pinto de Oliveira, Dilson Alves Bello, Aurelino Teixeira Coelho Filho, José Pereira de Araújo, Walter Soares Freitas, Constandcio Francisco Vargas, Manoel Pareja.
 Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 9 - Grupo de funcionários em frente ao primeiro prédio da agência do BB em Maringá
Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 10 - Primeiro prédio da agência do BB em Maringá, visto da Avenida Duque de Caxias, sentido centro/zona 2
Fonte: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá / Acervo Maringá Histórica.

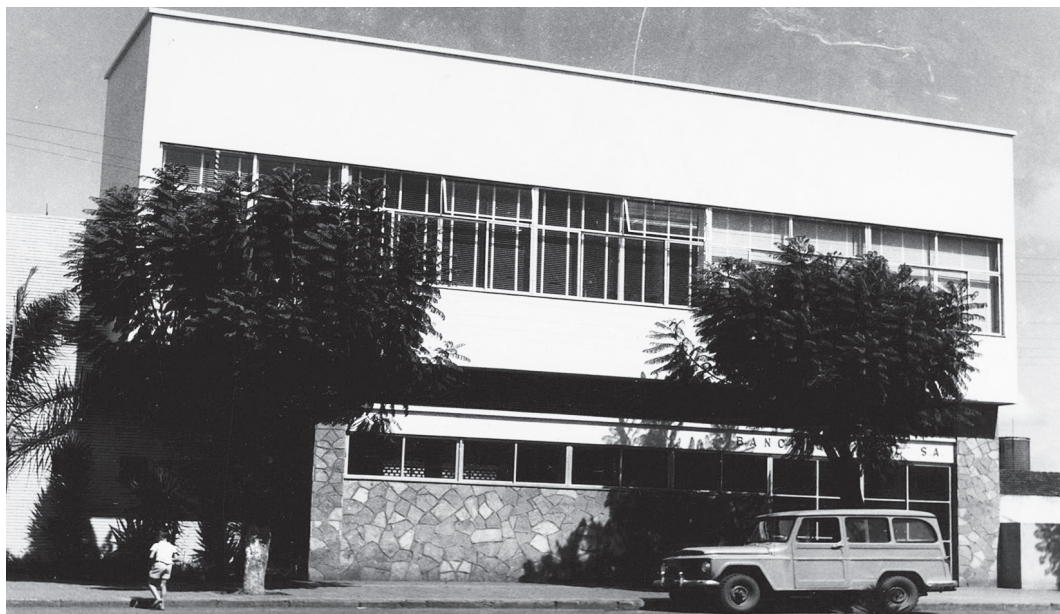
3 1953: Maringá ganha uma agência do Banco do Brasil



Fotografia 11 - Inauguração da agência do BB na Praça Raposo Tavares, em fevereiro de 1963
Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 12 - Festa no Aeroclube, em 1957
Legenda: Élvio Lemos, Benjamim Pinto de Oliveira, Edgard Ferreira e Ary Oriel Almada.
Fonte: Foto cedida por Ary Oriel Almada.



Fotografia 13 - Segundo prédio do Banco do Brasil em Maringá

Legenda: Inaugurado em 17/02/1963, está localizado na esquina da Rua Joubert de Carvalho com a Travessa Guilherme de Almeida. Foi a primeira sede própria da agência do BB em Maringá. O prédio foi construído em uma região valorizada pela urbanização da Praça Raposo Tavares (inaugurada em 10/05/1957) e pela inauguração da nova Estação Rodoviária Municipal, em 10/05/1962. A agência foi palco de muitas reuniões de lideranças locais. Muitas decisões importantes para o município eram tomadas na sala do gerente da agência.

Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 14 - Funcionários do setor de cadastro da Agência do BB em Maringá, situada na esquina da Rua Joubert de Carvalho com a Travessa Guilherme de Almeida, em 1970

Legenda: *Da esquerda para a direita, em pé:* Oswaldo Pereira Ayres, Celso Guedes Luiz, Shinitiro Shima, Alir Poletto, Carcará (cearense de Fortaleza), Luiz Antonio Romano, Benedito Silvério de Oliveira. *Sentado:* Geraldo Pereira Fontanillas, Supervisor de Cadastro. Nas décadas de 1950 e 1960 era obrigatório o uso de calça de tergal azul, camisa branca e gravata. Sem aparelhos de ar-condicionado era difícil de aguentar. O Alir e o Shima eram Investigadores de Cadastro; o Romano, arquivista e os demais, escriturários.

Fonte: acervo AABB Maringá.



Fotografia 15 - Comissionados do BB-1982

Legenda: *Da esquerda para a direita (na frente):* Carmo Jorge Rodrigues, Donaldi Serra, Pedro Cezar Gomes Lemos e Afonso Moacir Cerioli. *Atrás:* Francisco José Martini, Ney Antonio dos Santos, Remo Longo (gerente), Rubens Armelin, Nelson de Lima e Raimundo Maciel de Oliveira.

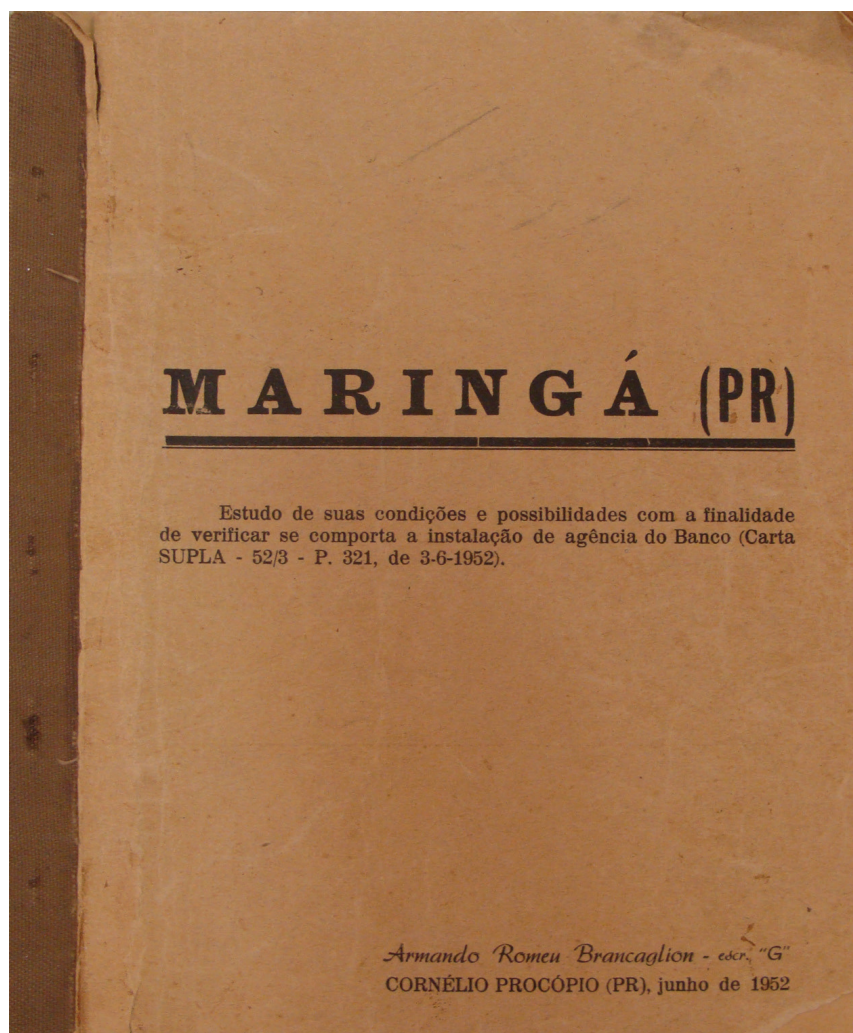
Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 16 - Terceiro edifício do Banco do Brasil em Maringá

Legenda: Localizado na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Santos Dumont, foi inaugurado em 11/10/1979. Seus quatro primeiros pavimentos abrigam a agência do BB Maringá. Inicialmente construídos para serem vendidos a terceiros, os pavimentos superiores (5.º ao 12.º andar) passaram a abrigar, a partir de 1981, o Centro de Processamento de Serviços e Comunicações (Cesec), órgão do Banco do Brasil responsável pelo processamento de serviços das agências localizadas no noroeste do Paraná. A cor roxa do prédio é uma alusão à flor dos Jacarandás Mimosos, árvores plantadas nas calçadas da Avenida Duque de Caxias.

Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 17 - Relatório de 21 de junho de 1952

Legenda: Elaborado por Armando Romeu Brancaglioni, contendo estudos sobre as condições e possibilidades de instalação da agência do BB em Maringá.

Fonte: Acervo AABB Maringá.

3.7 Funcionários do BB: altruísmo, idealismo e vontade de servir ao próximo

Todos os que ingressavam no Banco do Brasil, até pelo menos a década de 1980, eram motivo de orgulho de muitos pais que sonhavam para os filhos uma carreira sólida e de sucesso no Banco. Além disso, a sociedade local os respeitava muito, pois passar por um concurso público e ter um nível de escolaridade acima das exigências de outros bancos contribuíam para a admiração de todos.

Havia muitos benefícios para quem ingressava no quadro de funcionários, tais como: planos de previdência, assistência médica e, além disso, os salários possibilitavam-lhes uma excelente estabilidade financeira. A maioria dos funcionários procurava ampliar seus

conhecimentos, ingressando em cursos superiores. Com a obtenção de títulos, assumiam outras atividades, desde que não conflitassem com as do Banco. Em razão disso, em Maringá, muitos dos funcionários do Banco do Brasil exerceram o magistério desde escolas de ensino fundamental até o superior. Um dos maiores motivos era o desejo de contribuir para um ensino mais significativo, uma vez que o perfil desses bancários pautava-se pela dedicação, paciência e conhecimento do mundo, que poderiam ser disseminados para outros jovens, a fim de que pudessem tê-los como exemplos de sucesso. Tanto isso é verdade que muitos, após aposentarem-se do Banco, continuaram a ensinar.

Altruísmo, idealismo, vontade de servir ao próximo são as virtudes que possibilitaram tornar os funcionários do BB próximos à comunidade. Independentemente do cargo ocupado, os funcionários se prontificaram a participar da comunidade em clubes esportivos, clubes culturais, clubes de serviços, política, administração pública, sindicatos, cooperativas, escolas e universidades.

A coletividade maringaense contou com a participação de diversos abebeanos ao longo da existência do município, seja conduzindo clubes, administrando o município por meio de suas secretarias ou em órgãos de classe e até mesmo no judiciário.

Os clubes da cidade e entidades classistas e Prefeitura contaram com a experiência e dedicação dos abebeanos na condução de suas atividades. O Maringá Clube teve como presidente o abebeano Raimundo Messias Barbosa de Carvalho, na gestão maio/1992 a maio/1996. Raimundo ainda conduziria, na presidência, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção de Maringá (fevereiro/1989 a fevereiro/1991). A OAB - Maringá seria presidida, também, pelo abebeano Lélis Vieira dos Santos, na gestão fevereiro/1998 a janeiro/2001.

O Clube Olímpico de Maringá (fundado em 1963) foi presidido por Otávio Salvadori, na gestão 1980/83. Otávio foi Procurador Geral do Município de Maringá, na gestão do Prefeito Jairo Gianoto (1997/2000). O CTG, fundado por Remo Longo, teria outro abebeano em sua presidência: Leo Jandrey. O abebeano Rubens Antônio Guimarães, além de sócio-fundador do Maringá Clube e do Clube Caça e Pesca de Maringá, foi presidente do Clube Hípico de Maringá, no biênio 1985/1986. O Clube de Caça e Pesca de Maringá, fundado em 20/07/1964, teve como participantes de sua diretoria, nas gestões de 1977/1978, Donaldi Serra e José Nunes de Faria. Este participaria, ainda, da gestão 1979/80. Yasushi Shima conduziu a Secretaria de Administração da Prefeitura de Maringá, na gestão de José Cláudio, por curto período, mas deixou um importante projeto de reestruturação de todas as secretarias do município.

No Judiciário, é oportuno destacar os abebeanos que deixaram o Banco do Brasil para exercer a nobre função de juiz, levando não só a formação jurídica que obtiveram nos bancos da Universidade, mas todo um exemplo de vida profissional que angariaram ao longo de suas atividades bancárias no BB: Adair José Longuini, Regina Célia Ferrari Longuini, Janes de Fátima Pallazzo e José Carlos Fabri.

3.7.1 Mário Bulhões da Fonseca: um líder nato



Fotografia 18 - Mário Bulhões da Fonseca
Fonte: Acervo AABB Maringá.

Pode-se dizer, sem sombra de dúvidas, que **Mário Bulhões da Fonseca** foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da cidade de Maringá e região. Como gerente da agência do Banco do Brasil em Maringá, prestou relevantes serviços à comunidade, participando intensamente do dia a dia da cidade.

Bulhões teve atuação de destaque nas campanhas de benemerência, principalmente na arrecadação de fundos para diversas entidades, inclusive para o Grêmio Esportivo de Maringá – o Galo do Norte – bicampeão estadual de futebol.

Em 1969 ocupou o cargo de presidente da Comissão Central dos Festejos do 22.º aniversário de Maringá. Integrou a Comissão Pró-Construção da Catedral Nossa Senhora da Glória, juntamente com o Prefeito Adriano José Valente (Presidente); Joaquim Romero Fontes (1.º tesoureiro); Enio Pepino (2.º tesoureiro); Jayme Cambaúva (3.º Tesoureiro); Francisco Feio Ribeiro (Membro da Comissão); Joaquim Duarte Moleirinho (Membro da Comissão); Satiro Okamoto (Membro da Comissão) e Padre Sidney Luiz Zanetini (Membro da Comissão). Essa Comissão foi responsável pela arrecadação de fundos e administração das obras de conclusão da construção do templo.

Quando a Cocamar Cooperativa Agroindustrial de Maringá passava por dificuldades, a intervenção de Bulhões foi crucial para a sobrevivência dessa sociedade cooperativa. Em 2003, por ocasião da comemoração dos 40 anos de fundação da Cocamar, Bulhões foi homenageado no evento que ocorreu em 27/03/2003. Nesse mesmo evento, um grupo de pessoas de grande importância histórica para a cooperativa foi homenageado com o plantio de árvores nativas da região, na avenida que leva o nome do ex-presidente da cooperativa, Constâncio Pereira Dias. Na ocasião, também foram homenageados gestores e funcionários do Banco do Brasil, a seguir relacionados: Antonio Carlos Silveira About (*in memoriam*); Leônidas Maia Albuquerque (ex-

diretor Interino do Banco do Brasil); Milton Mendes (*in memoriam*), ex-gerente da agência do Banco do Brasil em Maringá, representado por Lília Mendes Betone; Nestor Jost, (ex-presidente do BB); Paulo César Ximenes (ex-presidente do BB); Walter Perachi Barcelos (*in memoriam*), ex-diretor do Banco do Brasil, representado pelo neto Walter Barcelos Poli; funcionários do BB, agência em Maringá: Adhemar Antonio de Oliveira; Donaldi Serra; Francisco José Martini; Geraldo Pereira Fontanillas; Hugo Hoffmann; Joel Motta de Mendonça; Pedro Cezar Gomes Lemos; Rubens Antonio Guimarães e Shinitiro Shima.

Nascido em Salvador, na Bahia, em 26 de abril de 1924, Bulhões tomou posse no BB, em 23/12/1942, na agência Centro-Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, exercendo vários cargos no Banco, dentre eles, Auxiliar de Gabinete da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), no setor de Crédito Pecuário; Secretário de Gabinete na Gerência de Crédito em Liquidação da Creai, todos na Direção Geral do Banco, ainda na capital da Guanabara; Inspetor da 53ª Zona de Inspeção da Creai; Gerente-adjunto na Agência Londrina-PR e coordenador da Política Governamental de Preços Mínimos no estado do Paraná. Em 07/08/1967 tomou posse como Gerente na agência do BB, em Maringá. Durante sua gestão na agência, a carteira agrícola e industrial foi considerada a maior do País.

Em sua carreira no BB, Bulhões sempre primou pela busca da atualização de seus conhecimentos. Era Perito-Contador, formado pela Academia Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, participando, ainda, do Curso Intensivo para Administradores do BB, Curso de Administração em alto nível e do 1.º Curso Nacional de Crédito Rural, pelo Instituto Agrônomo de Campinas.

Em 1973, Bulhões foi transferido para a agência de Loanda, no Paraná, onde assumiu a gerência e, logo em seguida, aposentou-se. Continuou a residir em Maringá por algum tempo, quando, então, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro onde, em 23/04/2000 faleceu, três dias antes de completar 76 anos. Era casado com Cibele Doria da Fonseca, com quem teve três filhos: Mário José, Míriam e Mônica.

Por meio da Resolução n.º 147/1970, de 28/10/1970 o Legislativo Municipal de Maringá outorgou a Mário Bulhões o título de Cidadão Benemérito de Maringá. A resolução, de autoria dos vereadores Anésio Carreira e Walber Guimarães, foi assinada pelo presidente da Câmara Paulo Vieira de Camargo e pelo 1.º Secretário Walber Souza Guimarães.

Em 1998, Mário Bulhões seria novamente homenageado pelos maringaenses: o Decreto do Executivo Municipal de Maringá n.º 639/98, de 21/12/1998, assinado pelo Prefeito Jairo Moraes Gianoto, pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, Carlos Eduardo Schwabe e pelo Procurador Geral do Município, Otávio Salvadori, foi aprovado o loteamento denominado Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, localizado no Km 106 da Rodovia PR-317, na saída para Campo Mourão. A homenagem foi sugerida ao prefeito pelo empresário e pecuarista Raimundo Coimbra Leite, grande amigo de Bulhões.

3.7.2 Remo Longo: devotado às causas comunitárias



Fotografia 19 - Remo Longo acompanhado do presidente da AAB, Pedro César Gomes Lemos, ao lado do presidente do Banco do Brasil, Camillo Calazans, quando de sua visita à AAB Maringá, em 1985

Fonte: Acervo AAB Maringá.



Fotografia 20 - Remo Longo prestigiando a abertura do Congresso Técnico da VIII Jornada Esportiva Regional de AABs (VIII JERAB), em 1985 na AAB Maringá

Fonte: Acervo AAB Maringá.

O Abebeano **Remo Longo**, que assumiu a gerência do BB-Maringá em julho de 1982, foi fundador e presidente do Centro de Tradições Gaúchas - Rincão Verde (CTG), de Maringá (07/12/1983), Secretário Municipal de Indústria e Comércio na gestão do Prefeito Ricardo Barros (1989/1992). Gerente bastante atuante, Remo Longo prestigiou a posse do abebeano Hugo Hoffmann na presidência do Núcleo Social Papa João XXIII, por ele indicado e escolhido pela assembleia da entidade. Participou, também, da inauguração da sede própria da Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil (Coofbram) (01/06/1988), e da inauguração do ginásio de esportes da AABB Maringá (05/12/1985). Sempre próximo das atividades da AABB, prestigiou a Jornada Esportiva Regional de AABBs (JERAB), em dezembro de 1985, realizado na sede da AABB em Maringá.

Remo teve participação ativa na fundação e desenvolvimento da AABB União de Vitória-PR, Clube Pinheiros e AABB de Pato Branco-PR, além do CTG Índio Bandeira de Campo Mourão-PR. Em 07/12/1983 fundou o CTC Rincão Verde, de Maringá, após a aquisição de um terreno de 7,5 alqueires às margens da rodovia Maringá - Campo Mourão. Concluídas a terraplanagem e demarcação do terreno, Remo e diretoria apoiados pelos sócios-fundadores, deram início à casa do caseiro, cancha de bocha, campos de futebol suíço (3), salão de 2.200 m², cancha de laço, cancha reta, camping para 120 acomodações, churrasqueiras, dentre outros melhoramentos (REVISTA TRADIÇÃO, 1998, p. 9).

3.7.3 Agronomia: atividade propulsora do desenvolvimento de Maringá e região



Fotografia 21 - Rubens Antonio Guimarães, sócio-fundador da AABB, recebe da abebeana Sílvia Kazumi Takizawa, o Troféu do Cinquentenário
Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 22 - Rubens Antonio Guimarães, então presidente do Clube Hípico, entrega medalha para sua neta Mariana Guimarães Bastos, em torneio hípico

Fonte: Acervo da família.

Paulista de Bebedouro, **Rubens Antonio Guimarães** nasceu em 18 de março de 1931. Em 1955, graduou-se Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz” (ESALQ), de Piracicaba. Com 28 anos de idade, Rubens chegou a Maringá para assumir a função de Agrônomo na agência do Banco do Brasil. Muito respeitado dentro da sua profissão e apaixonado pela terra, colaborou com o desbravamento e desenvolvimento da região, prestando assistência técnica aos agricultores. Seu profundo conhecimento do cultivo de cana-de-açúcar e café foi muito importante para o desenvolvimento dessas lavouras, base da economia da região à época.

Casado com Ana Lúcia Prado Guimarães com quem teve três filhos: Ana Beatriz, Paula e Rubens Antônio, que lhes deram dois genros e quatro netos, em 2005, teve a felicidade de participar das comemorações das bodas de ouro de sua formatura, em Piracicaba.

Ativo participante da comunidade, Rubens foi sócio-fundador do Maringá Clube, Clube Caça e Pesca e do Clube Hípico, onde foi presidente no biênio 1985/1986. Durante sua gestão no clube, realizou o Torneio Internacional de Hipismo TV Cultura/Rede Globo, com a participação da Argentina, do Paraguai e do Brasil.

Na AABB, além de sócio-fundador, foi membro efetivo do Conselho Deliberativo da associação durante as gestões 1967/1968 e 1970/1971. É de sua autoria o projeto arquitetônico da primeira sede própria do clube.

De junho de 1965 a fevereiro de 1966, Rubens exerceu o cargo de secretário de gabinete do então Secretário Estadual de Agricultura do Paraná, Annibal Bianchini da Rocha, em Curitiba, durante a gestão do Governador Ney Braga.

Faleceu em Maringá, em 11/04/2012, cidade que tanto amou e a ela dedicou sua vida.

3.7.4 Da pequena Atalaia, no Paraná, à longínqua Rio Branco, no Acre



Fotografia 23 - Adair José Longuini
Fonte: Site do Tribunal de Justiça do Acre.

Natural de Atalaia-PR, **Adair José Longuini** nasceu em 27 de maio de 1953. Foi Secretário Geral do município de Uniflor-PR, de onde saiu para assumir, em Nova Esperança-PR, a carreira no Banco do Brasil, em 1975.

Transferido para o BB em Maringá, assumiu o serviço jurídico do Banco, como advogado da carreira técnico-científica, em 1982. Em 1988 saiu do BB para assumir a magistratura no estado do Acre, como Juiz de Direito na Comarca de Cruzeiro do Sul.

Quando juiz na Comarca de Xapuri, Adair Longuini presidiu o julgamento do caso “Chico Mendes”. Serviu como Juiz Eleitoral nas Zonas Eleitorais de Xapuri e Rio Branco. Foi membro do Tribunal Regional Eleitoral do estado do Acre no biênio 1996/1998; Diretor do Foro de Rio Branco, no biênio 2005-2007; membro da Turma Recursal dos Juizados Especiais (1995-1997 e 2002-2004). Atuou em Comissões Especiais por nomeação do Tribunal de Justiça do estado do Acre, sendo promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador.

Foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça no biênio 2009-2011. Atualmente é Presidente do mesmo Tribunal.

Agraciado com o título de cidadão acreano pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC) e com Distinção da Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre, Adair é professor de Direito Penal na Universidade Federal do Acre (UFAC) desde 1997. Além disso, é colaborador da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC). Exerceu, ainda, a Vice-Presidência e a Presidência da Associação dos Magistrados Acreanos (Asmac), respectivamente nos biênios de 1997-1998 e 1999-2000.

Adair recebeu, no dia 28 de janeiro de 2013, do governo do estado do Acre a insígnia da Ordem da Estrela do Acre no grau Grã-Cruz, a mais alta honraria concedida por aquele estado.

Longuini é casado com Regina Célia Ferrari Longuini, também ex-funcionária do BB em Maringá-PR. Regina Célia é desembargadora do Tribunal de Justiça do Acre integrando, atualmente, a 2ª Câmara Cível daquele Tribunal.

3.7.5 Da longínqua Tarauacá, no Acre, para a próspera cidade de Maringá



Fotografia 24 - Raimundo Messias Barbosa de Carvalho
Fonte: Acervo AABB Maringá.

Raimundo Messias Barbosa de Carvalho, natural de Tarauacá, estado do Acre, tomou posse no Banco do Brasil em Macapá-AP, em 1967. Em Maringá, como adido no Banco em 1972, gostou da cidade e, a partir de 1974 foi empossado de forma definitiva. Casado com Laura Ferreira Silva Carvalho (Titular do FISK - Centro de Ensino, unidade de Maringá) tem três filhos: Rodrigo, Raphael e Raquel (responsáveis pela unidade do FISK em São Paulo, capital).

No Banco do Brasil Raimundo atuou como caixa executivo. Formado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (turma 1979), assume o Serviço Jurídico do Banco do Brasil (Sejur) na cidade de Cornélio Procopio-PR. Retorna a Maringá para exercer o cargo de advogado do Banco no Sejur (que depois é transformado em Nujur). Com a aposentadoria do advogado Otávio Salvadori, Raimundo assume a chefia do Núcleo Jurídico, onde permaneceu até 1997, quando se aposentou.

Junto à comunidade maringaense Raimundo deixou registrado o seu espírito inovador e altruísta. Por concurso público (classificado em 1.º lugar) assumiu a cadeira de Direito Civil na Universidade Estadual de Maringá, de 1981 a 1990. Foi presidente do Lions Clube Maringá Centro, na gestão 1986/1987. Presidiu a OAB - Subseção de Maringá, na gestão 1989/1991, quando concluiu a construção da sede própria da entidade. Sob sua presidência, idealizou a Central de Distribuição de Mandados (Cediman), implantada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, agilizando, com isso, os cumprimentos dos mandados judiciais no Estado. Logo após

deixar a subseção da OAB-Maringá foi conduzido a Conselheiro Estadual da entidade no biênio 93/94. Por seis anos presidiu a 8.^a Turma do Tribunal de Ética da OAB-PR. Por fim, Raimundo deixa sua marca no Maringá Clube, quando foi seu presidente na gestão 1992/1996. Ali realizou a ampliação das instalações do clube, construiu a sauna, novo campo de futebol e cinco quadras de tênis.

3.7.6 De menor aprendiz a Juiz Federal



Fotografia 25 - José Carlos Fabri
Fonte: Acervo Marco Antonio Deprá.

José Carlos Fabri, filho de Aurélio Fabri, tintureiro e de Dirce Aliano Fabri, nasceu em 17 de maio de 1968 em Maringá-PR. É casado com Márcia Fabri, servidora pública federal, há 18 anos, com quem tem duas filhas, Laura e Cecília, com 7 e 3 anos, respectivamente.

Iniciou sua vida laboral aos 13 anos de idade, como balconista e entregador em uma tinturaria. Aos 14 anos foi indicado pelo Colégio João XXIII para participar de seleção de menores auxiliares junto ao Banco do Brasil. Selecionado, iniciou sua carreira no BB em 1982.

Aprovado em concurso interno, permaneceu no Banco do Brasil por 18 anos, sempre em Maringá, atuando principalmente na carteira de crédito rural e agroindustrial, no caixa e, por último, no Núcleo Jurídico do BB.

Formado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), José Carlos deixou o Banco para assumir o cargo de Juiz Federal em Foz do Iguaçu-PR e, em seguida, assumiu a subseção judiciária de Maringá onde permanece atualmente.

José Carlos Fabri é grato pela convivência abebeana, afirmando que:

A experiência de trabalhar no Banco do Brasil, por toda minha adolescência e juventude, foi fundamental em minha formação. Tive a rara oportunidade de crescer recebendo influências de pessoas honestas, cultas e trabalhadoras, tanto no Banco do Brasil como no rico convívio abebeano. Tais pessoas, que se tornaram amigos para toda a vida, sempre me orientaram e incentivaram na busca do crescimento pessoal e profissional.

3.7.7 Duas Abebeanas no Poder Judiciário



Fotografia 26 - Desembargadora Regina Célia Ferrari Longuini
Fonte: site do Tribunal de Justiça do Acre.

Regina Célia Ferrari Longuini é natural de Uniflor-PR. Com 52 anos de idade, é casada e mãe de três filhos. Graduiu-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1982), é mestre em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia), pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (2009) com MBA em Poder Judiciário, pela Fundação Getúlio Vargas (2008), Pós-Graduação em Direito Processual Civil, pela Universidade Católica de Petrópolis (2000), e em Direito Constitucional, pela Universidade Federal do Acre (1999).

Regina é formada, ainda, pelo Programa de Gestão Avançada do Advance Center da Amana-Key. Participou no ano de 2010, do Curso de Capacitação em Gestão Pública, oferecido em convênio pelo Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do Acre.

No âmbito do Poder Judiciário Acreano, Regina Longuini iniciou sua trajetória em 9 de dezembro de 1993, quando foi empossada no cargo de Juíza de Direito Substituta, após ser aprovada em primeiro lugar no concurso público para a Magistratura, iniciando suas atividades jurisdicionais na 1.^a Vara Cível da Comarca de Rio Branco.

Em 25 de março de 2001, tomou posse como titular da 2.^a Vara da Fazenda Pública da Capital, unidade na qual atuou até a ascensão ao desembargo em 2012. No âmbito da Justiça Eleitoral, Regina Longuini atuou no período de 1994 a 2003, como juíza eleitoral. Já no biênio 2003-2005, compôs o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), como juíza efetiva da classe de Juiz de Direito, e foi reconduzida para o biênio 2005-2007. Também atuou como corregedora regional eleitoral, no biênio 2003-2005, e diretora da Escola Judiciária do TRE-AC, no biênio 2005-2007.

Paralelamente à sua atuação jurisdicional, a magistrada participou de inúmeros cursos de formação continuada e capacitação na área jurídica, além de ter participado de eventos nacionais e internacionais da área, com destaque para o Congresso Internacional da Associação

dos Magistrados Brasileiros em Toronto, Montreal e Ottawa, no Canadá, em 2010; o National Judicial Institute's Workshop, Principles of Judicial Education and Teaching Methods Used by the National Judicial Institute, Canadá, em 2010; o International Judicial Training Program in Judicial Administration (Programa de Treinamento Internacional em Administração Judicial), pela Universidade da Geórgia, Estados Unidos da América, fruto de convênio da Escola Nacional da Magistratura, em 2011; e o International Judicial Research and Training Program (Programa Internacional de Pesquisa e Treinamento Judicial), Fordham Law School, New York City, Estados Unidos da América, em 2012.

Entre outros trabalhos de sua produção científica, Regina Longuini é autora da obra “Origem e propósito da Lei n.º 9.840/99: uma reflexão sobre o problema da corrupção eleitoral no Brasil” fruto de sua dissertação de mestrado no IUPERJ, que foi publicada pelo TJAC no ano de 2009.

Atualmente Regina Longuini integra a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do estado do Acre.



Fotografia 27 - Janes de Fátima Palazzo e seus filhos Rodrigo Chede e Daniela Palazzo Chede

Fonte: Acervo da família.

Janes de Fátima Palazzo, nascida em 20 de março de 1956, na cidade de Santa Zélia-PR teve dois filhos: Rodrigo Palazzo Chede e Daniela Palazzo Chede. Casou-se com Hamilton Garbieri de Souza em 26/02/2009. Trabalhou no Banco do Brasil, de 30/05/1977 a 02/10/1992, passando pelas agências de Ribeirão do Pinhal e Maringá. Ingressou na Magistratura em 1992, atuando nas Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã, Porecatu, como Juíza Substituta e, como titular nas Comarcas de Grandes Rios, Jandaia do Sul e Paranavaí, onde se aposentou em 2011. Janes se formou em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), em 1989. Foi professora de Direito na UEM e na Escola da Magistratura. A filha Daniela seguiu os passos da mãe e é Juíza de Direito na Comarca de Nova Esperança-PR. O filho Rodrigo, engenheiro de computação, veio a falecer em outubro de 2011.

Janes ressalta que o Banco do Brasil foi uma escola para ela: “foi o que de melhor aconteceu na minha vida profissional; permitiu-me estudar e dar outro rumo para minha vida e dos meus filhos.” Sobre a AABB, Janes lembra que o clube era o quintal de sua casa: “Lá meus filhos cresceram e se divertiram, até a idade adulta. A AABB nos permitia compartilhar os melhores momentos junto com os amigos.” Lembra, ainda, que a amizade entre os funcionários do BB foi tão forte que resiste ao tempo e às adversidades enfrentadas no dia a dia.

3.7.8 Dois Abebeanos na militância política



Fotografia 28 - Emerson Nerone, Vereador e Secretário de Estado
Fonte: Blog de Lauro Barbosa, 29/08/2009.

Emerson Nerone nasceu em Guarapuava-PR, em 10 de fevereiro de 1967. Funcionário do BB em Maringá atuou como militante do Movimento de Renovação Carismática da Igreja Católica e da Central Única dos Trabalhadores, a partir de 1983.

Foi o primeiro vereador do Partido dos Trabalhadores em Maringá, eleito com 1.220 votos para a 10.^a legislatura, de 01/01/1993 a 31/12/1996.

Como vereador de Maringá, destacou-se pela fiscalização da administração pública.

Em 1994, concorreu à vaga de Deputado Estadual do Paraná, pelo Partido dos Trabalhadores, para a legislatura 1995-1998. Foi o candidato mais votado da Frente Brasil Popular, com 11.938 votos obtidos em 243 municípios.

Nerone foi o representante do PT na Comissão de Constituição e Justiça e suplente de outras comissões permanentes do legislativo paranaense.

Em 2002, candidatou-se a vice-governador na chapa do candidato a governador Padre Roque Zimmermann, pela coligação PT, PHS, PL, PCB e PC do B, quando ocupava o cargo de presidente do Diretório Regional e da Comissão de Ética do PHS.

Foi Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, na gestão de Roberto Requião (2003-2006).



Fotografia 29 - Ulisses Maia Kotsifas: de menor estagiário no BB à Presidência da Câmara Municipal de Maringá
Fonte: Acervo da família.

“Menor estagiário do Banco do Brasil: que orgulho!”

Estávamos no ano de 1984, quando eu tinha 14 anos. Estudava no Colégio Santo Inácio, onde entrei no ano de 1976, para cursar o 1.º ano do antigo primário e saí em 1986, quando fazia o 3.º ano do antigo colegial. Sempre fui um bom aluno. Estudioso, dedicado e muito responsável.

Sou o 10.º filho de 11 irmãos, todos homens. Não era possível para meu pai pagar colégio particular para todos. Claro, por isso, alguns irmãos puderam estudar no Santo Inácio e os demais em escola pública. Consegui ficar todo esse período estudando nesse grande colégio, graças à bolsa de estudo dada a mim pela diretora Irmã Jutta.

Minha família passava, a essa época, por muita dificuldade financeira. Meu pai tinha supermercados e, em 1982, foi à falência. Para piorar a situação, em 5 de março de 1983, meu irmão José Eustatios Kotsifas, com 23 anos, morria de câncer.

Foi um período muito triste e difícil para minha família. Mas, graças ao meu esforço de aluno dedicado, exemplar, tive uma feliz notícia: a Irmã Edith, diretora do colégio, chamou-me e disse que estava me indicando para um teste para trabalhar no Banco do Brasil. Nossa! Com 14 anos, passando por todos os problemas já citados, enfim uma notícia empolgante, alegre e, acima de tudo, muito emocionante.

Imaginem a ansiedade para chegar em casa e contar para minha família. Estava nas nuvens, mesmo sabendo que era para fazer um teste. Mas, só essa oportunidade, já era extraordinária para qualquer adolescente daquela época: ser funcionário do Banco do Brasil, que orgulho!

No dia certo, em 1984, o colégio deu-me a notícia de que estava marcada a minha entrevista com o gerente do Banco do Brasil. Quanta emoção, ansiedade, expectativa. Medo também, afinal ser entrevistado por um gerente do Banco do Brasil era uma tarefa muito difícil para um adolescente.

Lembro-me de cada detalhe daquela entrevista. O gerente gostou do meu nome, Ulisses, de origem grega. Eu falei então que recebi este nome, porque meu pai era grego, nascido

mesmo na Grécia. Ele perguntou um pouco sobre essa história e se eu sabia quem era o Ulisses, da Grécia. Aí discorri com tranquilidade, sobre o Odisseu. Destaquei os dez anos em que Penélope (esposa de Ulisses) e o filho, esperaram a volta do herói grego após vencer a Guerra de Troia com a fantástica criação do presente dos gregos aos troianos: o Cavalo de Troia. Lembro-me também de a Penélope anunciar aos pretendentes que só se casaria com alguém, após tecer um tapete. Durante o dia, tecia o tapete. À noite desfazia, às escondidas, tudo que já havia feito. Assim, foi até Ulisses chegar, derrotar os pretendentes e pedir a mão de sua Penélope, reassumindo o trono de Ítaca.

Acho que só isso o impressionou muito, mas continuou e fez-me mais duas perguntas sobre Maringá: “o que mais me impressionava na cidade e o que menos me impressionava.” Olha só o destino! No ano de 1984, aquele adolescente de 14 anos, que falava sobre a cidade onde nasceu, começaria a servi-la como presidente da Câmara treze anos depois.

Encerrou a entrevista. Iniciava a espera interminável. Mas veio a notícia: “você passou e será contratado para ser menor estagiário de serviços gerais do Banco do Brasil.” No dia 16 de janeiro de 1985, já com 15 anos, comecei a trabalhar no Banco. Que orgulho!

Naquela época, trabalhar no Banco do Brasil era o sonho de todo pai para o seu filho. E eu realizava esse sonho para meus pais. Por onde eu ia, minha família dizia: “o Ulisses está trabalhando no Banco do Brasil.” Que orgulho!

Vestir aquele uniforme azul era algo fascinante. Entrava no ônibus me achando o máximo, afinal, eu usava o uniforme de funcionário do Banco do Brasil.

Foi uma fase extraordinária na minha vida. Coincidiu com o momento em que era adolescente. Estudava o 2.º ano do antigo colegial, e preparava-me para o também sonhado vestibular.

Paralelo a essa fase tão importante na vida de qualquer um, o Banco foi minha escola. Aprendia com os demais funcionários, a ser uma pessoa exemplar, com excelente comportamento, trabalhador, estudioso e honesto. Isso era necessário para quem trabalhasse no Banco. Imagine o quanto isso contribuía para a formação da minha personalidade e do meu caráter.

Agradeço muito por essa oportunidade maravilhosa na minha vida. Principalmente num momento em que minha família passava por muitas dificuldades financeiras. O salário, ótimo salário, contribuía para que, ao menos, eu não desse nenhuma despesa para meus pais.

Não posso esquecer a alegria quando recebi, com 15 anos de idade, um talão de cheques do Banco do Brasil. Carregava aquilo como um diploma, um certificado. Não tinha nada mais digno do que apresentar um cheque do Banco do Brasil.

Em 1986, terminei o antigo colegial, hoje ensino médio e fui me preparar para fazer vestibular. O convívio no Banco foi muito importante na definição do curso que escolhi: Direito. Trabalhar no Banco ajudou-me a cada vez preparar-me mais para enfrentar a vida e escolher o curso superior.

Com todo esse aprendizado, fiz o sonhado vestibular para Direito e passei em 6.º lugar na UEM. Encerrada a fase do colégio e ingressando na universidade, chegava o momento de deixar aquela extraordinária oportunidade de trabalhar no Banco. Minha saída ocorreu em 9 de março de 1987.

O ano de 1986 foi também o ano em que eu comecei a militância política, a qual nunca mais parou. Já tenho 27 anos de vida política, com apenas 43 anos.

Quando olho minha carteira de trabalho e vejo a primeira anotação de menor estagiário do Banco do Brasil, sempre reflito como aquilo foi importante na minha vida. Agradeço eternamente ao Colégio Santo Inácio que fez a minha indicação, e ao Banco pela “escola de vida”, pois ensinou-me a sair da fase de adolescente, tornar-me um jovem, sempre com muita responsabilidade.

Tudo isso foi imprescindível para a formação da minha personalidade, de meu caráter, além da escolha profissional e da forma sempre dedicada, eficiente, ética e moral que aplico em toda a minha vida, em especial na minha vida pública.

Tenho orgulho de dizer: “o Banco do Brasil foi muito importante na minha vida. Obrigado a todos que contribuíram de alguma forma para que eu pudesse ter sido menor estagiário de serviços gerais do Banco do Brasil!”

3.7.9 Wagner Lopes da Silva: Delegado da Receita Federal em Maringá



Fotografia 30 - Wagner Lopes da Silva
Fonte: Acervo da família.

Minha carreira no Banco do Brasil começou em Paçandu, no ano de 1987. Havia poucos funcionários, mas o ambiente era ótimo. Ali fiz amizades que cultivo até hoje. O Goto (Vitório Saburo), o Lólis (José Roberto), o Massaki (Hissakazu), o Roldão (Alves de Moura). Com todos eles, aprendi e tive ótimos momentos; muitos de alegria e alguns de tristeza...

Em Paçandu também fiquei amigo do Marcelo (Silvério do Nascimento) que depois reencontrei na Receita Federal. Hoje trabalhamos os dois na Delegacia da Receita em Maringá.

Depois de Paçandu, em 1990, fui para a agência de Doutor Camargo. Não foi fácil, porque pegava um ônibus do Expresso Maringá às sete da manhã. Passava o dia em Doutor Camargo, trabalhando bem mais do que as seis horas que o Banco me pagava, e só chegava a Maringá às dezenove horas, indo direto para a UEM.

Em 1991 fui para o Centro de Comunicações e Serviços (Cesec) Maringá do Banco do Brasil. Lá também fiz ótimos amigos, como o (Nelsi Roosevelt Gil) e o (Marcos Antonio Farias, que há tempos é Delegado da Polícia Federal). O ambiente de trabalho também era muito bom. Inclusive, fui representante dos funcionários no Comitê de Administração, por um longo período.

Fiquei no Cesec até 1996, ano em que saí do Banco. Em virtude de ter sido aprovado no concurso da Receita, e como o Banco estava com programa de redução de funcionários, que se chamava “adequação de quadro”, resolvi antecipar a saída, que se deu em outubro de 1996.

Se de um lado, tenho ressalvas quanto à instituição Banco do Brasil, pois havia momentos de pressão por resultados competitivos e isso gerava insegurança entre os funcionários, por outro, devo muito ao Banco do Brasil, pois aprendi muito nesse período. Fiz ótimos cursos, como o Comex e o Conta I. Passei por alguns planos de administração, como o de Qualidade Total, do qual participei ativamente. Tive a felicidade de participar de muitos treinamentos sempre com ótimos instrutores. A área de treinamento do Banco era excelente e, por conseguinte, ampliou a minha visão administrativa. Por causa dessa organização, a normatização das rotinas (a CIC) trazia segurança na execução do trabalho.

Tive também ótimos chefes. Pessoas justas e pacientes para ensinar. Pessoas que assumiam comigo o resultado do trabalho, fosse positivo ou negativo. Destaco o Donaldi Serra, meu primeiro gerente. Um homem exigente, mas justo. Ressalto, também, o Goto, meu primeiro Assistente (depois Gerex). No Cesec, a Lucélia (Assistente de Supervisão) foi muito afável comigo, pois confiava em mim, ensinando-me e apoiando-me. Acho que foi a melhor chefe que tive em toda a minha vida profissional. Era enérgica, mas compreensiva. Mesmo exigente algumas vezes, nunca perdia a ternura.

Hoje, na Receita Federal, tenho a certeza de que uso muito do que aprendi no Banco do Brasil, como os princípios de administração, de organização, de relacionamento pessoal e que fazem parte de minha personalidade.

Mas o que eu carrego mesmo são as amizades que fiz lá. É muito legal quando, às vezes, entro na agência para pegar um dinheiro, por exemplo, e encontro um ex-colega. Muitos já aposentados, outros que também saíram como eu, alguns ainda no Banco. Há entre todos, ainda, um sentimento de união.

E também quando encontro esses ex-colegas em outras situações, como ocorreu recentemente com o Senhor Hugo e o Deprá, que estão à frente de uma entidade assistencial, isso também é animador, porque traz segurança, tranquilidade. Estamos em família (informação verbal)².

²Wagner Lopes da Silva, funcionário do Banco do Brasil de 1987-1996.

3.8 O assalto ao Banco do Brasil em Maringá

O dia 3 de novembro de 1972, uma sexta-feira, ficaria gravado na memória de muitos funcionários do BB, da agência de Maringá. O gerente, Mário Bulhões da Fonseca, estava em viagem para Foz do Iguaçu, no Paraná. No final do expediente daquela data, às 17 horas e trinta minutos, chegou à agência o “inspetor” Nelson Gaya Penteado. Ele usava terno, gravata, óculos escuros e chamava a atenção por usar costeletas, bigode, além de ser muito alto, com um porte físico avantajado. Apresentou-se, com documentos de inspeções rotineiras em mãos, ao funcionário Pedro de Almeida, que, apesar de ser subgerente, assumia a gerência em substituição do Sr. Mário Bulhões. Na oportunidade a segurança bancária era realizada apenas por um guarda urbano.

Como era de praxe nessas ocasiões, os inspetores iniciavam o serviço pela conferência do numerário, especialmente da tesouraria, uma vez que Maringá era centralizadora de várias agências. Como havia vários funcionários fazendo horas extras, o “inspetor” juntamente com o Sr. Pedro de Almeida, ficaram na sala da Gerência. O “inspetor” ficou durante todo o tempo fazendo perguntas para o Sr. Pedro de Almeida, buscando ganhar tempo enquanto os funcionários, que prestavam serviços extras, concluíssem suas tarefas e deixassem o ambiente.

Por volta das 23 horas, acompanhado pelos funcionários Jayme Leonel (responsável pelo segredo do cofre), Nelson de Lima (ajudante de tesouraria) e de Moisés Cerqueira de Oliveira (tesoureiro), o “inspetor” decidiu conferir o numerário que estava na casa-forte. A entrada era por uma porta blindada e, lá dentro, de um lado havia uma grade para a guarda de documentos e, do outro, mais uma para guardar o numerário.

Jayme Leonel, protagonista no episódio, hoje aposentado, lembra os momentos de desespero:

Sem desconfiar de nada, entramos os três: Eu, o Nelson de Lima e o Moisés, no recinto em que estava o numerário e começamos a retirá-lo das prateleiras para iniciar a conferência. De repente, sentimos a porta da grade fechar e o “inspetor”, com uma faca na mão, pedir que ficássemos sentados e, um de cada vez, encostasse junto à grade. Assim fizemos e ele amarrou a mão de todos nós, ao mesmo tempo em que, através da grade, colocou comprimido em nossas bocas, exceto a do Moisés. Estávamos, então, em estado de choque, pelo inusitado da ocorrência (informação verbal adaptada por Roldão Alves de Moura)³.

Além disso, ameaçou-os de que as suas famílias estavam sob vigilância e caso acionassem o alarme, os familiares seriam mortos, e que, também, haveria mais pessoas cercando o prédio. Em seguida, ordenou-lhes que colocassem o dinheiro em cinco malotes do Banco. *“Não engolimos os comprimidos, porque não sabíamos do que se tratava”*, afirma Jayme Leonel. Ao

³Jayme Leonel era responsável pelo segredo do cofre da agência do Banco do Brasil em Maringá.

sair, o “inspetor” tentou fechar a porta da casa-forte, entretanto, como estava com as travas na posição de “trancar”, não conseguiu, o que possibilitou a entrada de ar.

Enquanto isso, todo o dinheiro (em torno de Cr\$ 1.590.000,00) foi acondicionado em malotes bancários e carregado para o veículo de Moisés (uma Rural Willys). Inclusive o vigilante, sem desconfiar de nada, ajudou-lhes a levar o montante para o porta-malas do carro. O infrator, que usava como transporte um fusca 1968, mandou Moisés seguir em seu próprio carro, na sua frente, em direção a Marialva.

Nas proximidades de Marialva, o falso inspetor acelerou seu automóvel e ultrapassou o do tesoureiro Moisés, orientando para que o acompanhasse. Ato contínuo, o falso inspetor entrou em um carreador. O Sr. Moisés percebeu, então, não haver outro veículo lhe seguindo. Acelerou a sua Rural Willys e foi parar na entrada da cidade de Marialva, em um posto de gasolina, onde estavam dois policiais.

O suspeito continuou até essa cidade, mas, em um posto de gasolina, viu o tesoureiro conversando com dois policiais. O assaltante seguiu até um bar, na saída da cidade, e aproveitou para tomar um café. Depois se desfez do crachá e seguiu para São Paulo com seu fusca.

Na manhã do dia quatro de novembro, a agência do BB é cercada por viaturas policiais, para se dar início às investigações. Os investigadores desconfiaram de que esse assalto tivera sido realizado por um ex-funcionário ou por alguém que trabalhava no Banco do Brasil.

Ao encontrarem o crachá do suposto “inspetor”, duas semanas depois, conseguiram localizá-lo na cidade do Rio de Janeiro, procedendo-se a sua prisão. Ao ser identificado, descobriu-se que era Luiz Gastão Vidal de Freitas, de 42 anos, funcionário aposentado do Banco do Brasil e que foi, inclusive, assessor na Diretoria da Carteira Agrícola (Creai) do BB, no Rio de Janeiro. Ele declarou que planejou esse assalto, porque a sua aposentadoria era insuficiente para manter a si e à sua esposa. Além disso, ambos estavam muito doentes, o que exigia internações constantes em clínicas especializadas, fato que afetou profundamente a situação econômica do casal. Esclareceu, também, que usou a carteira funcional do chefe da Inspetoria Geral do BB (Inger), Néelson Gaya Penteado, desconhecido nas agências, colando sua foto, com os disfarces, o que facilitou a sua entrada na agência do Banco do Brasil. Disse, ainda, que o fato de ter acelerado, distanciando-se do carro do tesoureiro, foi por causa de sua preocupação com os funcionários que haviam ficado presos no cofre, pois poderiam morrer sufocados. Alegou também que, durante o trajeto de Maringá a Marialva, pensou nas famílias deles, por isso ultrapassou o carro do tesoureiro para que este pudesse retornar à agência rapidamente e libertar os colegas. Além do mais, afirmou que não nascera para ser bandido e muito menos assassino. Mesmo assim, foi preso e enquadrado na lei de segurança nacional.

Ao chegar à capital paulista, o funcionário aposentado enviou um telegrama aos colegas do BB: Pedro de Almeida e Moisés Cerqueira de Oliveira, demonstrando-se pesaroso pelo resultado da visita. Afirmou, ainda, considerar aquele assunto encerrado, porque nem

de longe pretenderia continuar. “De minha parte, assunto morto. Pensem bem. Abraços aos outros dois recém-nascidos.”

Diante de tudo o que aconteceu, esse ex-funcionário mostrou a fragilidade da segurança no Banco, naquela época. Obviamente que, por ser constituído de boa índole, angariou o respeito de seus colegas, quando demonstrou ter-se arrependido de suas ações. Uma das maiores razões por ter conquistado novamente a respeitabilidade, foi a desistência de um ato criminoso e a humildade de ter reconhecido, independentemente de sua situação econômico-financeira, o quanto havia aprendido durante a sua carreira no BB.

Logo após ter sido libertado, Luiz Gastão retornou a Maringá, onde foi reconhecido por um funcionário do BB, durante um almoço no terminal rodoviário, em frente à agência do Banco. Ao funcionário, Luiz Gastão disse que estava na cidade apenas para cumprimentar e agradecer ao Delegado Hermes Machado de Mattos, pela forma elegante e cortês que lhe dispensara quando estava detido na fase do inquérito policial, no 4.º Batalhão da Polícia Militar de Maringá, onde permaneceu por vários meses, fazendo muitas amizades e sendo, inclusive, alvo de admiração e de muito apreço.

3.9 Núcleo Social Papa João XXIII: audacioso projeto para abrigar as famílias carentes

O Núcleo Social Papa João XXIII, empreendimento da Mitra Arquidiocesana de Maringá, é uma entidade beneficente que atende a pessoas desabrigadas, fornecendo casas em regime de comodato e nelas residem até construírem suas casas próprias em sistemas, muitas vezes, de mutirão.

Os funcionários do BB há mais de duas décadas adotaram o Núcleo como padrinhos das crianças e das famílias ali assistidas. A participação de funcionários na diretoria do Núcleo consolidou esse apoio. Em outubro de 1985, o abebeano Hugo Hoffmann, com o apoio do gerente do BB-Maringá Remo Longo, foi indicado pelo Arcebispo D. Jaime Luiz Coelho para a presidência do Núcleo tendo prestado serviços relevantes, ampliando significativamente o número de atendidos a cada ano. Prova disso é que Hugo, em dezembro de 2001, recebeu o título de Mérito Comunitário e o Brasão do Município de Maringá, por ocasião do Ano Internacional do Voluntariado, homenagem proposta pelo vereador Joba Beltrame. O reconhecimento pelo seu trabalho não para aí. Hugo e sua esposa Loretti receberam, em julho de 2006, a insígnia da Augusta Cruz e Pro Eclésia Et Pontífice, concedida pelo Papa Bento XVI, a pedido dos arcebispos D. Anuar Battisti e D. Jaime Luiz Coelho. Em maio de 2007, o Papa Bento XVI estende ao Núcleo Social a Bênção Apostólica a toda a comunidade da fazenda da esperança, com a intercessão de Santa Crescentia e Santo Antônio Sant’Ana Galvão.

A história do Núcleo começa em 1969 quando a irmã Salomé Dets, diretora do Albergue Santa Luísa de Marilac, para não perder os alimentos doados pela comunidade, distribui-os aos pobres da Vila Vardelina. A irmã não conhecia aquela região. Ao chegar naquele local, constatou a grande pobreza, cujas famílias moravam em barracos construídos com pedaços de latão, papelões e lonas. Começa ali um trabalho de assistência social.

Um ano depois, após visitar pela primeira vez a Vila Vardelina, a irmã Salomé Dets convida o Bispo D. Jaime Luiz Coelho para conhecer o local. Para minorar o sofrimento daquelas famílias, D. Jaime teve a ideia de construir no bairro um Núcleo para abrigá-las.

A Lei 891/71, sancionada pelo Prefeito Adriano José Valente, concedeu e permitiu o uso de uma área de 30.240 m² à Mitra Diocesana de Maringá, destinada à construção de casas populares e da sede social do Núcleo Papa João XXIII. Assim começava um audacioso projeto para abrigar as famílias carentes.



Fotografia 31 - Capela Papa João XXIII – foto da década de 1970

Legenda: Primeira construção em alvenaria. O antigo salão comunitário transformou-se em Capela Papa João XXIII, onde são celebradas missas para os moradores do bairro.

Fonte: Acervo da entidade Núcleo Social “Papa João XXIII”.

Para substituir os barracos existentes, foi organizado um mutirão para a construção de 10 casas, aproveitando a madeira de desmanche da antiga catedral, de escolas estaduais e municipais, além de casas da zona rural doadas pelos proprietários.

Em 1986, cerca de 150 funcionários do Cesec Maringá começam a arrecadar valores da ajuda-alimentação para prestar auxílio a entidades filantrópicas da cidade. Os recursos, gerenciados pelos funcionários do BB, Helena Marques de Almeida, Nelson Bravo César, Celso Nicola Romano e Hugo Hoffmann, são direcionados exclusivamente ao Núcleo Papa João XXIII, quando assumem a manutenção de uma creche que atendia a 25 crianças de zero a dois anos.

Em 1989, pela lei municipal n.º 2.555/1989, sancionada pelo Prefeito Ricardo Barros, o Núcleo recebe em doação uma área de 27.420 m², destinada exclusivamente para receber edificações de casas populares para abrigo de pessoas carentes, escolas e creches.

Em 2002, com recursos do Fundo Municipal para Infância e Adolescência (FMIA) é construído um centro de oficinas de marcenaria e cabeleireiro. Novos projetos e benfeitorias viriam: corte e costura, costura industrial e consultório odontológico, contando com a ajuda do Rotary Clube Maringá-Colombo, Interact Club, servidores da Receita Federal, servidores da Receita Estadual, servidores da Justiça Federal e do Fórum, além da Fundação do Comércio e Indústria de Maringá.

Hoje o Núcleo conta com 48 casas de alvenaria e 27 ainda de madeira. O objetivo é chegar a 75 casas de alvenaria, de forma a atender mais famílias carentes e possibilitar a elas uma vida digna, condições de saúde, educação e cidadania, com apoio irrestrito da comunidade maringaense.



Fotografia 32 - Fachada principal do Salão São José, no Núcleo Social Papa João XXIII, onde são realizados os eventos da entidade

Fonte: Acervo da entidade Núcleo Social "Papa João XXIII".



Fotografia 33 - Centro de atenção à família Irmã Salomé Dets
Fonte: Acervo da entidade Núcleo Social “Papa João XXIII”.



Fotografia 34 - Interior do Salão São José, onde estava instalada a creche que atendia aos filhos dos moradores do Núcleo, mantida com recursos doados pelos funcionários do Banco do Brasil em Maringá – Na foto da década de 1980, o Bispo Dom Jaime Luiz Coelho abençoa as instalações da creche
Fonte: Acervo da entidade Núcleo Social “Papa João XXIII”.

3.10 Os funcionários do BB e o movimento sindical

A presença sindical no País se fez valer também na cidade ainda criança, na década de 1950, quando Maringá contava com apenas 10 anos de existência.

Porta-voz dos anseios dos bancários e instrumento importante na defesa da classe, o Sindicato dos Bancários em Maringá, teve forte atuação nas mobilizações, lutas e debates ao longo de suas atividades.

Naquela época, não havia computador, nem portas giratórias e nem autoatendimento. O bancário era um profissional que tinha alto conceito na sociedade e era considerado “bom partido” por ser funcionário do Banco do Brasil, além disso, a presença feminina era ainda muito pequena. O ritmo de trabalho pesado e a jornada de trabalho além do horário normal eram regras. Havia, inclusive, expediente aos sábados.

O movimento sindical no País mostrava sua força principalmente nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte. Em 1957 os bancários conquistam as reivindicações pelas quais lutavam há bastante tempo: seis horas de trabalho corrido para todos os funcionários de bancos e aposentadoria por tempo de serviço, além de empossar bancário na Delegacia Regional de São Paulo, do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB). O IAPB havia sido instituído pelo Decreto-Lei n.º 24.615, de 09/07/1934.

No VII Congresso Nacional, em 1958, em Belo Horizonte, o movimento sindical bancário inicia uma nova fase, com a constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec). A grande representatividade do encontro, que contou com 58 sindicatos, três federações reconhecidas e duas em organização – aliada à necessidade de aval do Estado –, mobilizou a categoria pelo reconhecimento da Contec, que se oficializou em 1959 e tentou negociações diretas com os órgãos dos banqueiros, na busca do contrato coletivo de trabalho com as seguintes reivindicações: salário profissional; volta da estabilidade aos dois anos; escala móvel de salários, com reajustes semestrais; fim do trabalho aos sábados; seis horas para os comissionados e discussão com o sindicato quando da introdução de computadores nas empresas (KAREPOVS, 1994, p. 70).

Em 1957, reunidos no campo de futebol da telefônica (área onde hoje funciona o 4.º Batalhão da Polícia Militar), foi formada a primeira diretoria do Sindicato dos Bancários em Maringá, composta em sua maioria por funcionários do Banco do Brasil. Ayrton Pinheiro, funcionário do BB, era escolhido como seu presidente. Daí em diante a atuação do funcionalismo do Banco do Brasil contribuiu para o fortalecimento da classe bancária, participando ativamente por meio das diretorias do órgão classista.

Funcionavam na cidade de Maringá dezenove bancos: Banco do Brasil, Banco Comercial do Paraná, Banco Brasileiro de Descontos, Banco Nacional de Minas Gerais, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco Mercantil de São Paulo, Banco Sul América,

Banco Mineiro da Produção, Banco Indústria e Comércio de Minas Gerais, Banco Comercial de São Paulo, Banco do Estado de São Paulo, Banco do Estado do Paraná, Caixa Econômica Federal, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina, Banco Paulista do Comércio, Banco da Bahia, Banco Itaú, Banco Brasul de São Paulo e Banco Noroeste do Estado de São Paulo.

O segundo presidente, Antonio Menezes, tendo ao seu lado Takaaki Sakamoto (vice), Donaldi Serra (1.º secretário), todos eles funcionários do BB, lutavam em prol dos bancários de Maringá e de outras regiões (Mandaguari, Campo Mourão, Cianorte e Paranavaí), por melhores salários e condições de trabalho. Dentre as metas atingidas pelo sindicato, foram os financiamentos de casa própria aos bancários junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB), o mais organizado dos institutos existentes. Naquela época, não havia disponibilidade de funcionários ao Sindicato. Era comum a diretoria trabalhar à noite, depois do expediente bancário.

Os gerentes do BB, Eduardo Silveira Rosa e Milton Mendes eram bastante receptivos ao sindicato. As reuniões eram realizadas no próprio prédio, onde funcionava a agência do Banco do Brasil, na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua XV de Novembro (prédio pertencente ao pioneiro maringense João Tenório), no qual o sindicato ocupava duas salas no piso superior. Neste mesmo piso, moravam alguns dos funcionários do BB.

Duas greves marcaram a atuação do sindicato no início da década de 1960, com fechamento de agências e piquetes, articuladas com o sindicato de Londrina e de Curitiba. Ao decidir pela greve, os gerentes do BB eram comunicados previamente pelo sindicato. As greves chegavam a durar uma semana. Donaldi Serra, 1.º secretário do órgão classista, participou de reuniões no Rio de Janeiro, junto ao Ministério do Trabalho.

O “O Jornal de Maringá”, em sua edição de 11/07/1963, noticiava a realização do VIII Encontro Nacional dos Bancários em Salvador, entre os dias 12 a 17 de julho de 1963. Os principais assuntos debatidos foram: previdência social (IAPB), campanha salarial para 1963, organização sindical, fiscalização do trabalho e problemas nacionais. Maringá foi representada pelo delegado sindical Takaaki Sakamoto e pelo presidente do sindicato dos bancários em Maringá, Antônio Menezes.

O golpe militar de 1964 acarretou sérias consequências para todo o movimento sindical no Brasil, que tiveram suas sedes invadidas, com arquivos apreendidos, diretorias cassadas, presas e torturadas. Em Maringá, o funcionário do BB, Jair Ferreira munido de uma carta do Ministério do Trabalho, assume o sindicato como interventor. Takaaki Sakamoto é transferido para São Paulo e Antonio Menezes assume uma agência do BB no Rio de Janeiro. O movimento de 64 instituiu intervenções em todos os sindicatos do País. Houve muitas demissões, punições e descomissionamentos de funcionários do BB pós-64, ligados aos sindicatos, depois de “depurações” efetuadas pelas inspetorias do Banco. Entretanto, essas punições não ocorreram em Maringá.



Fotografia 35 - VIII Encontro Nacional dos Bancários em Salvador
Fonte: O Jornal de Maringá, edição de 11/07/1963.

A cúpula do BB também seria atingida pelo movimento de 1964. Hugo de Araújo Faria, recém-empossado na presidência do BB, preparava-se para pôr em prática a política governamental concentrada nas reformas de base que culminariam na reforma agrária. A junta militar, formada pelos ministros do Exército, Aeronáutica e Marinha assumia em 31/03/1964. Hugo Faria era demitido do serviço público por força do Ato Institucional n.º 1.

O tumulto provocado pela ditadura militar, a partir do nefasto dia 31 de março de 1964, atinge a Nação inteira, e, no bojo dos acontecimentos que chegam ao Banco do Brasil, além do afastamento do presidente Hugo Faria, chega a vez do diretor da Carteira de Câmbio, Eleutério Proença de Gouveia, funcionário que fez brilhante carreira, despede-se do cargo e, em pouco tempo, em 27 de junho de 1964, veio a falecer. (PINHEIRO, 2011, p. 573).

O bancário Aldi Cesar Mertz, que atuou durante 31 anos no Sindicato dos Bancários de Maringá e Região, em entrevista à jornalista Juliana Daibert, publicada neste livro, lembra que a AABB, na década de 1980, foi palco de muitas assembleias para discutirem e deliberarem sobre temas que afligiam o funcionalismo naquela época. O documentário “A saga dos bancários e sua importância no contexto político”, de autoria e publicação do Sindicato dos Bancários de Maringá (2002, p. 94), além de homenagear Aldi Cesar Mertz, que lutou pela classe bancária, contém matérias publicadas em jornais e registros fotográficos, retratando o movimento sindical bancário de Maringá e região no período de 1979 a 1991.

Editais de convocação das Eleições Gerais do Sindicato dos Bancários de Maringá, publicados no jornal “O Jornal de Maringá”, nos dias 27 e 28/12/1962, apresentam a única chapa concorrente ao pleito:

- Presidente: Antonio Menezes (Banco do Brasil)
- Vice-Presidente: Oswaldo Rodrigues de Lima (Banco da lavoura)
- Secretário: Márcio Ordine (Banco do Brasil)
- 2.º Secretário: Nilson Luiz Paes Leme Gonçalves Damasceno (Banco do Brasil)
- Tesoureiro: Akira Adachi (Banco Itaú)
- 2.º Tesoureiro: Adilson Irineu Schiavone (Banco Itaú)
- Bibliotecário: Oswaldo Visnardi (Banco do Brasil)
- Conselho de Representantes junto à Federação:

Efetivos:

- Antônio Menezes (Banco do Brasil)
- Márcio Ordine (Banco do Brasil)
- Akira Adachi (Banco Itaú)

Suplentes:

- Oswaldo Rodrigues de Lima (Banco da Lavoura)
- Nilson Luiz Paes Leme Gonçalves Damasceno (Banco do Brasil)
- Adilson Irineu Schiavone (Banco Itaú)

Conselho fiscal:

Efetivos:

- Dino de Farias (Banco Itaú)
- Ângelo Filho Moro (Banco do Brasil)
- Alcindo Rodrigues de Mesquita (Banco Itaú)

Suplentes:

- Takaaki Sakamoto (Banco do Brasil)
- Antonio Francisco Periotto (Banco do Brasil)

Sindicato dos Bancários de Maringá: Eleições

Consoante publicações anteriores e tomadas tôdas as providências legais, realizam-se hoje, dia 28, das 15 horas em diante, as eleições gerais para os conselhos administrativo, de representantes e fiscal para o biênio 1963/1964.

Funcionarão 3 mesas coletoras de votos, 2 dos quais serão itinerantes, e uma mesa apuradora. Foram designados para os cargos consoante portarias baixadas pelo sr. delegado regional do trabalho os srs. Dr. Elidir de Oliveira, MD fiscal do Trabalho e Dr. Ayrton Pinheiro, para a mesa apuradora.

Srs. Sebastião Inocêncio, Dino Farias, Dinoh Hundzinski, Jerônimo Ferreira da Silva, José Lopes, Katsuji Sako, para membros de mesas coletoras de votos.

A chapa única registrada, que concorrerá àquelas eleições, compõe-se dos seguintes bancários:

Antonio Menezes, Marcio Ordine, Tarrutaro Maeda, Oswaldo Visnardi, Aldo Américo Lemos de Souza, Oswaldo Rodrigues de Lima, Akira Adachi.

Sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários de Maringá

Boletim Informativo 27.11.62

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Aos Colegas Bancários:

Consoante publicação pela imprensa nos dias 22, 24, 25 e 26 do mês corrente, ficam convocados as ELEIÇÕES GERAIS neste SINDICATO, para o dia 28 de DEZEMBRO próximo vindouro, às 15 horas em diante, na sede deste Sindicato.

Este comunicado será divulgado amplamente para que todos tenham oportunidade igual.

QUALQUER esclarecimento poderá ser obtido na sede deste Sindicato, com relação às eleições, inscrições, prazos etc.

Até a presente data, encontra-se registrada a chapa n.º 1, composta pelos seguintes colegas candidatos.

PRESIDENTE — Antônio Menezes (Satélite)

VICE-PRESIDENTE — Oswaldo Rodrigues de Lima (Baniavoura)

SECRETARIO — Márcio Ordine (Satélite)

2.º SECRETARIO — Nilson L.P.L.G. Damasceno (Satélite)

TESOUREIRO — Akira Adachi (Itaubanco)

2.º TESOUREIRO — Adilson Irineu Schiavone (Itaubanco)

BIBLIOTECÁRIO — Oswaldo Visnardi (Satélite)

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO A FEDERAÇÃO

EFETIVOS

Antonio Menezes
Mário Ordine
Akira Adachi

SUPLENTE

Oswaldo Rodrigues de Lima
Nilson L.P.L.G. Damasceno
Adilson I. Schiavone

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Dino de Farias (Itaú)
Angelo P. Moro (Satélite)
Alcindo Rodrigues de Mesquita (Itaú)

SUPLENTE

Angelo P. Moro (Satélite)
Takaaki Sakamoto
Antonio P. Periotto

Qualquer impugnação deverá ser apresentada dentro do prazo legal.

Fotografia 36 - Edital de convocação

Fonte: O Jornal de Maringá, edições de 27 e 28/12/1962.

Associação Atlética Banco do Brasil - Maringá: meio século de história

N.º INSC.	NOME	IDADE ANOS	EST. CIVIL	NACIONALIDADE	NATURALIDADE	PROFISSÃO FUNÇÃO	RESIDÊNCIA	ESTABELECIMENTO	CART. PROFIS.		INSC. INPS	OBSERVAÇÕES
									N.º	SERIE		
026	Donival Bino de Souza		solte.	Brasileira				Banestado				
027	Rúcia Lunato Salsina		solteira	Brasileira				Banestado				
028	Osmar de Oliveira							Nacional de Kinos				
029	Wanderlândia	21.3.40	solte.	Brasileira	Olimpia	escrituraria	Maringá	Banestado	45857	155		30-9-71
030	Neia Dolores							Banestado				
031	Alquib N. Arrabal	13-03-42	solte.	Brasileira	Rondonia	Dr. Servico	Maringá	Banestado	48548	125		30-9-71
032	Antônio P. Pereira							Banestado				
033	Wilson Carneiro	7-5-45	solte.	Brasileira	Itapira	Contador	Alto	Banestado	73181	125		30-9-71
034	Dani Lopes Leite	33-4-44	casado	Brasileira	Santa	Dr. Servico	Maringá	Banestado	41028	1252		1/76
035	Leia Piffer Tarnasi											
036	Sonia Maria V. Boas											
037	Ademar Antonio Oliveira							Banestado				
038	Almir Pinto							Satélite				
039	Feliza Balção						Av. Manoel Azevedo	Satélite				
040	Agostinho	30-2-26	casado	Brasileira	Itapira	Adroado	Av. Manoel Azevedo	Satélite	3576	535		11-2-76
041	Benjamin P. Oliveira	29-9-49	casado	Brasileira	Santa	Contador	Av. Américo	Satélite	88715			5-9-71
042	João N. Kurihara							Banestado				
043	Renato Pery	29-4-21	casado	Brasileiro			Maringá	(Banestado)	7424	00081		13-7-45
044	Wania Julia Tris							Walmap				
045	Abelardo Ferreira Garcia							Brasil				
046	Diogo Lima							Satélite				
047	Donato Silva	8-10-35	casado	Brasileira	Andaraí	Dr. Servico	Av. Manoel Azevedo	Satélite	8016			30-9-71
048	Benício B. Santos						Av. Manoel Azevedo	Indústria				
049	Francisco Elvira L.						Av. Manoel Azevedo	Satélite	8412	125		30-9-71
050	Guilherme Piazon							com. Ind. S.C.				

N.º INSC.	NOME	IDADE ANOS	EST. CIVIL	NACIONALIDADE	NATURALIDADE	PROFISSÃO FUNÇÃO	RESIDÊNCIA	ESTABELECIMENTO	CART. PROFIS.		INSC. INPS	OBSERVAÇÕES
									N.º	SERIE		
051	Flávio Hoffmann	4-4-24	casado	Brasileira	São Paulo	Dr. Servico	Av. Duque Carlos	Satélite	8412	125		30-9-71
052	Leonard Osório Goularte							Satélite				
053	Benedito Lemes Farias							Nac. de Kinos Gerais				
054	Jaime Real							Satélite				
055	João Pereira	17-4-43	cas.	Brasileira	São Paulo		Maringá - Pr	Satélite	88659	126		30-9-71
056	João Piffer	10-6-31	cas.	Brasileiro	São Paulo		Maringá	Satélite	64174	00308		16-8-61
057	João Kurihara							Satélite				
058	João Matta Rendonça	20-9-36	solte.	Brasileira	Jo. Garcia		R. Monte Brasil	Satélite				30-9-71
059	Adilson Piazzi							Banestado				
060	Feliza Maria Camargo							Banestado				
061	João Oliveira da Silva							Satélite				
062	João Pereira de Araújo	12-9-35	casado	Brasileira	Formosa - Pr	escrituraria	Formosa - Pr	Satélite	330	308		17-9-53
063	Wagner Silva Almeida		casado	Brasileira	Ariz. S.P.		R. Joaquim Nogueira	Satélite				
064	Luiz Antonio Romano	1-8-30	cas.	Brasileira	Ricardo S.P.	contínuo	Maringá - Pr	Satélite	3601	00099		02-2-58
065	Leandro Stefano							Nac. de Kinos Gerais				
066	Alvaro Ondine	9-8-40	solteiro	Brasileira	João Garcia	aux. Dir.	Maringá - Pr	Satélite	58835	103		16-11-61
067	João Ramundo Peco							Nac. de Kinos				
068	João de Oliveira		cas.					Satélite				
069	Walter Mendes		cas.					Satélite				
070	Walter Mendes da Silva	1-11-45	casado	Brasileiro	Itapira	Dr. Servico	R. J. de Carvalho	Satélite				
071	Nelson Lima	8-8-36	cas.	Brasileira	Pompeia - S.P.	Dr. Servico	Maringá - Pr	Satélite	84334	143		8-8-71
072	João Camargo		casado					Satélite	59017	999		21-1-85
073	Wagner Piazon		casado					com. Ind. S.C.				
074	Nelson L. Piazon	8-1-35	casado	Brasileira	Itapira	Dr. Servico	Av. Manoel Azevedo	Nac. de Kinos				
075	Wagner Damasceno	12-1-35	casado	Brasileira	Itapira	Dr. Servico	R. Vaz Guimarães	Satélite	27142	00238		1-4-59

Fotografia 37 - Livro de registro de associados do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Maringá.

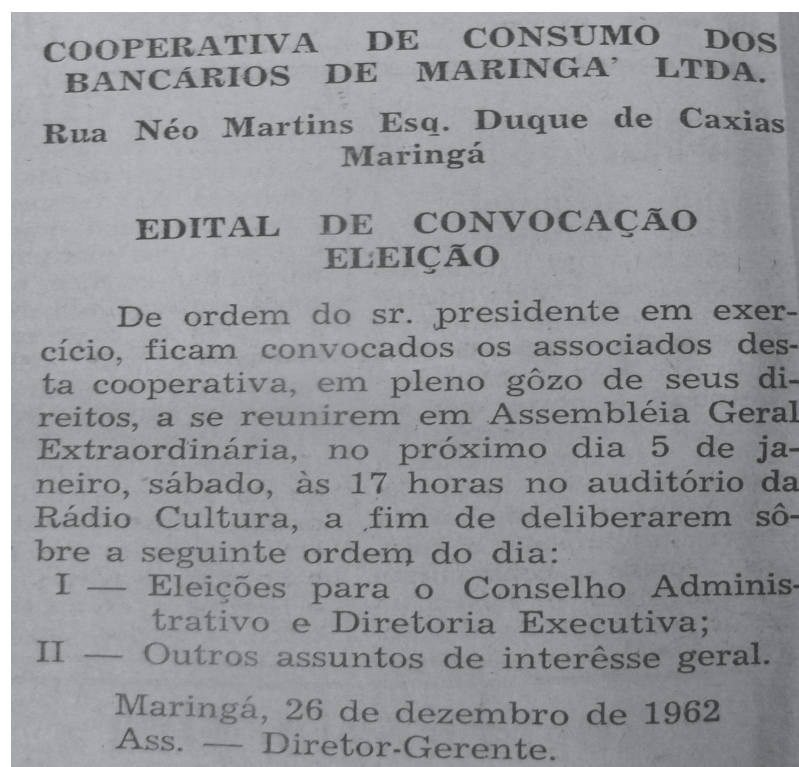
No livro, o registro de vários funcionários do Banco do Brasil

Fonte: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Maringá.

3.11 Coofbram: o espírito cooperativista dos abebearos

O funcionalismo do BB já havia demonstrado muita união na hora de constituir associações, consórcios, caixa de assistência, caixa de previdência e cooperativas de consumo. No início da década de 1960, com a instalação da indústria automobilística nacional e em decorrência da falta de oferta de crédito direto ao consumidor, funcionários do Banco do Brasil tiveram a ideia de formar um grupo de amigos, com o objetivo de constituir um fundo suficiente para aquisição de automóveis para todos aqueles que dele participassem. Surgia, assim, no Brasil, o Consórcio, um mecanismo de concessão de crédito isento de juros, que tem por finalidade a aquisição de bens de consumo conforme registro da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio.

Em setembro de 1962, com apoio do gerente da agência do BB-Maringá, Sr. Milton Mendes, funcionários do Banco fundavam a Cooperativa dos Bancários de Maringá. Sua sede funcionava na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Neo Alves Martins. Com um aspecto de mercearia, ou uma loja de “Secos & Molhados”, funcionou por cerca de três anos, quando foi liquidada pelo seu último presidente, Antonio Lázaro Teixeira.



Fotografia 38 - Edital de Convocação de eleições para a Cooperativa de Consumo dos Bancários de Maringá Ltda., publicado no jornal "O Jornal de Maringá", em 28/12/1962

Legenda: Liderados pelo gerente da agência do Banco do Brasil, Milton Mendes, funcionários fundaram a cooperativa em setembro de 1963. Sua sede localizava-se na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Néo Alves Martins.

Fonte: Jornal de Maringá, edição de 28/12/1962.

A exemplo das cooperativas de consumo do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Recife, fundadas por funcionários do BB e que foram bem-sucedidas, em Maringá essa mesma ideia era retomada pela genialidade do funcionário Elias Norberto da Silva que, em 1982, iniciou o trabalho de fundação da Coofbram. Foram inúmeras reuniões com funcionários do BB de Maringá e região.

O início não foi fácil, explica Elias Norberto da Silva, em entrevista à jornalista Juliana Daibert (2010):

A criação da Coofbram precisava ser contextualizada no cenário econômico da época: inflação galopante, poder de compra reduzido mês a mês e margens de lucro absurdas das redes de supermercado. A moeda corrente era o cruzeiro. Semelhante ao de qualquer empreendimento, o início foi muito penoso, com dificuldades de toda ordem, incluindo inexperiência comercial e dificuldades de remessa dos produtos para os colegas da região (informação verbal)⁴.

Em 28 de maio de 1983, era fundada a cooperativa com 68 associados, que atendia a 40 cidades. O seu funcionamento era em um prédio alugado na Avenida Paranavaí, no Maringá Velho, numa área de 350 metros quadrados. Em maio de 1985, já com 1.143 associados, a Coofbram mudou para a Rua Guarani, ocupando uma área de 680 metros quadrados. Esse quadro seria alterado, cinco anos depois de sua fundação, para 2.240 associados, em 62 cidades, transferindo-se definitivamente para sua sede própria, na Avenida Guedner, num terreno de 11.700 metros quadrados e com 2.840 metros quadrados de área construída. O sucessor de Elias foi Joaquim Pedro Sica de Toledo, responsável pela aquisição do lote e construção da nova sede da cooperativa.

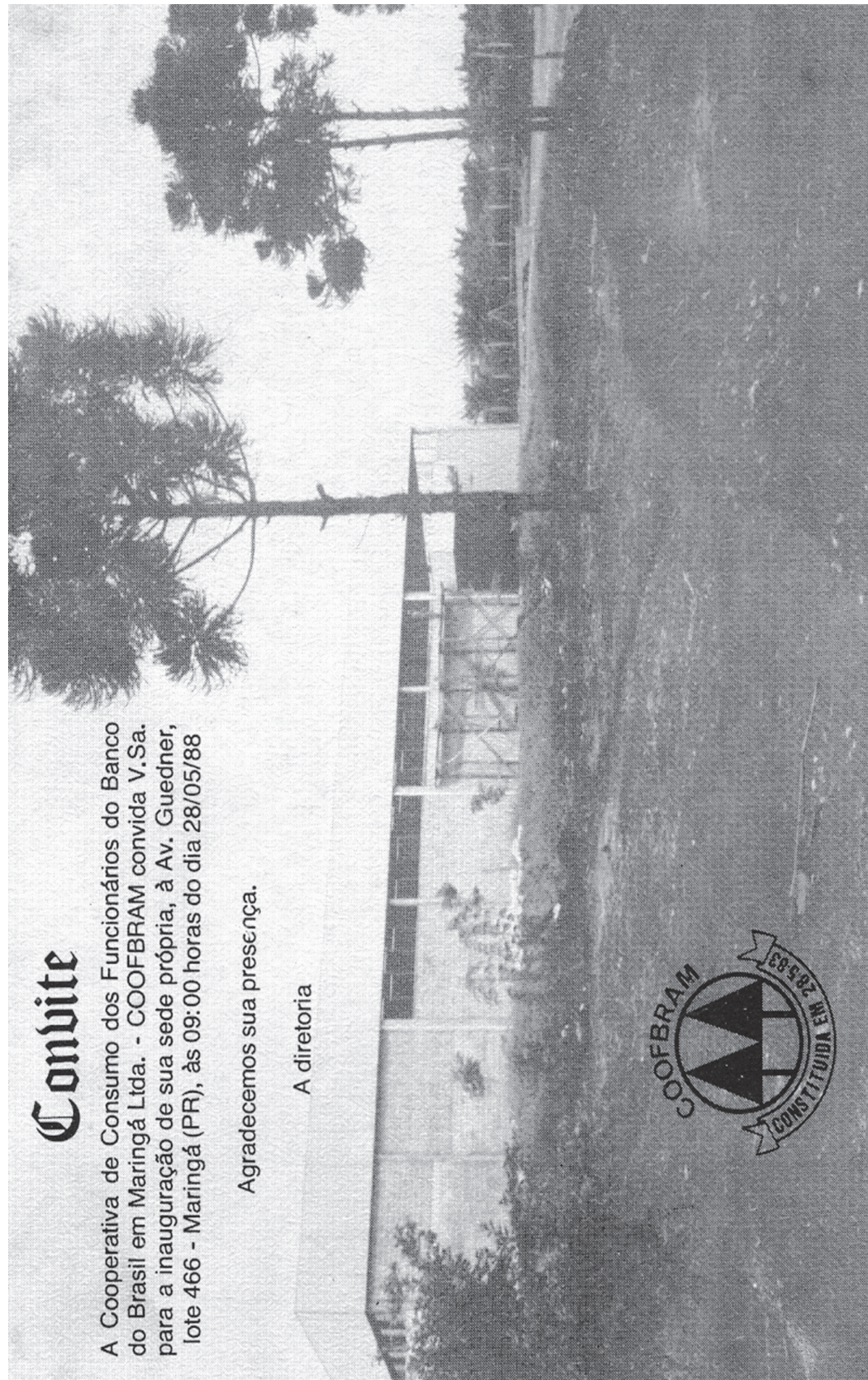
Com filiais em Campo Mourão e Umuarama, a gestão de Joaquim Sica se pautou pelo crescimento planejado da cooperativa, apresentando em 1992, um faturamento global da ordem de US\$ 1,230 milhão, destacando-se entre as 32 cooperativas de consumo de funcionários do Banco do Brasil existentes no País.

Em sua sede própria, a Coofbram disponibilizava aos associados amplo estacionamento, caminhão para entrega de mercadorias em domicílio, boutique e lanchonete com 322 metros quadrados.

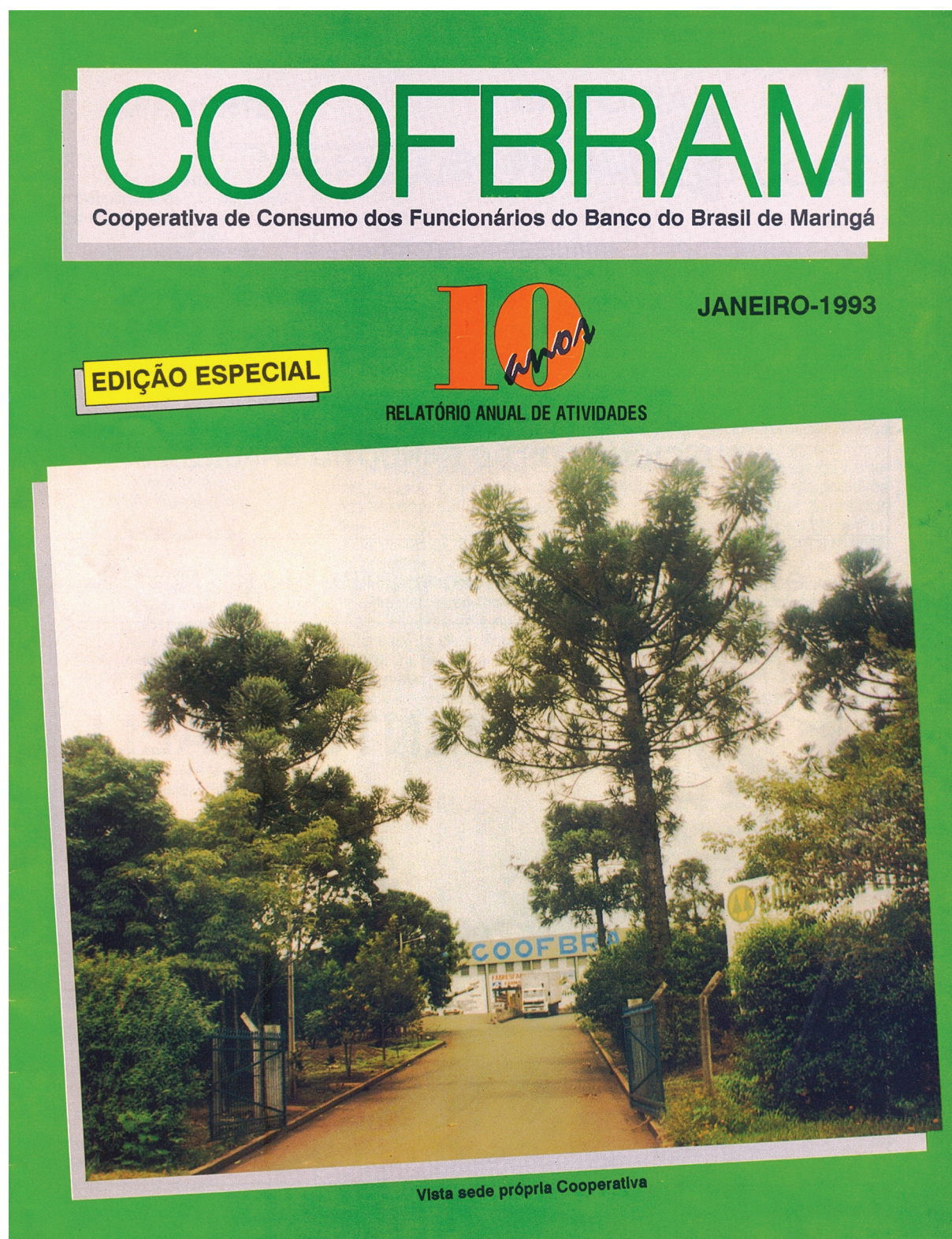
Em 1998, assume a cooperativa, Paulo Roberto Colósio, funcionário aposentado do Banco do Brasil, com a missão de sanear as finanças da Coofbram, abaladas pela forte concorrência de hipermercados na cidade. Colósio, em entrevista à jornalista Juliana Daibert (2010) destaca que a realidade enfrentada pela cooperativa de Maringá era a mesma das outras de consumo, espalhadas pelo País. “Se fosse só aqui, tudo bem, o problema era localizado. Mas não era o caso, pois todas estavam passando por dificuldades” (informação verbal)⁵. Apesar do esforço heroico de Paulo Colósio, não restou alternativa senão a liquidação da Coofbram, tarefa que coube ao liquidante Ivo Tomaz, no início da década de 2000.

⁴ Elias Norberto da Silva, depoimento à jornalista Juliana Daibert (2010) nos cinquenta anos da AABB.

⁵ Paulo Roberto Colósio, depoimento à jornalista Juliana Daibert (2010) nos cinquenta anos da AABB.



Fotografia 39 - A Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil em Maringá
Legenda: Coofbram foi fundada por 168 associados em 28/05/1983. Depois de cinco anos de existência, inaugurou sua sede própria, localizada na Avenida Guedner. Acima, convite para a inauguração da sede.
Fonte: Acervo AABR Maringá.



Fotografia 40 - Edição Especial da Revista Coofbram, de janeiro de 1993, comemorando os 10 anos da cooperativa. Nessa época a cooperativa já atendia a 2.240 associados espalhados por 62 municípios da região, com filiais em Campo Mourão e Umuarama

Fonte: Acervo AABB Maringá.

4

GAZETA ABEBEANA



COOFBRAM

COOPERATIVA DE CONSUMO
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL
EM MARINGÁ LTDA.



14 *associados
0 funcionários



1984
910 associados
9 funcionários



1985
1093 associados
14 funcionários



1986
1142 associados
16 funcionários



1987
1409 associados
24 funcionários



1988
1607 associados
37 funcionários



1989 (jun)
1680 associados
40 funcionários



Fachada do prédio da COOFBRAM já com a ampliação, totalizando 1.400 m², mais 120 m² de escritório - agosto/89

AGRADECIMENTOS

A COOFBRAM agradece a compreensão e a cooperação da grande maioria dos associados que participou espontaneamente com a integralização de capital para a efetivação da cobertura da ampliação do armazém com área de 600 m².

ALÉM DAS EXPECTATIVAS

Os associados integralizaram o valor de NCz\$ 45.000,00 além dos NCz\$ 30.000,00 necessários ao pagamento dos 600 m² da cobertura. Esse excedente de capital será direcionado

para as seguintes prioridades de investimento:

- a) um pequeno refeitório destinado aos funcionários da COOFBRAM;
- b) melhoria na iluminação da loja;
- c) mais duas registradoras e respectivos check-outs;
- d) muros com extensão de 100 metros nos fundos do terreno;
- e) provavelmente, mais um balcão de frios;
- f) se ainda houver recursos, estoques de mercadorias, já que contaremos com maior espaço físico.

MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES

Já nos próximos meses estaremos utilizando as instalações dos 600 m² da ampliação, o que permitirá implementar melhorias na loja e no sistema de atendimento de compras dos associados através de pedidos.

ESPAÇO FÍSICO UTILIZADO PELA COOFBRAM

Armazém (construído em 88)	800m ²
Ampliação (fase de conclusão)	600m ²
Escritório	120m ²
Depósito fechado (locação)	600m ²
Área total utilizada	2.120m ²

Fotografia 41 - Edição da Gazeta Abebeana de agosto de 1989, de n.º 26, mostrando a evolução do número de cooperados/funcionários da Coofbram

Fonte: Acervo AABB Maringá.

3.12 Cocamar Cooperativa Agroindustrial: o BB como parceiro

Ao longo de quase seis décadas em Maringá, o Banco do Brasil teve atuação importante no progresso da cidade, não só fomentando a agricultura, comércio, serviços e indústria, como também, estimulando o empreendedorismo na região. Ainda incipientes os segmentos do comércio e indústria, na década de 1960, a cidade se destacava pela produção de café.

Em uma reunião considerada histórica, realizada na agência do Banco do Brasil em Maringá, liderada pelo seu gerente Milton Mendes, dezenas de agricultores participavam da fundação da Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda (Cocamar). Lembra a edição especial comemorativa dos 40 anos da cooperativa, que coube ao então gerente da agência do Banco do Brasil, Milton Mendes, a tarefa de arregimentar os produtores e discutir a ideia (COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, 2003, p. 11).

Estimulados pelo BB, produtores fundaram a cooperativa

Maringá era uma dessas jovens e prósperas cidades que brotaram em meio ao fulgor da cafeicultura e crescem a largas passadas. Com uma década e meia de existência apenas, o município, já um centro regional respeitável, teria também a sua cooperativa.

Coube ao então gerente da agência do Banco do Brasil, Milton Mendes, a tarefa de arregimentar os produtores e discutir a ideia. Várias reuniões se seguiram até que a entidade fosse, enfim, formatada e ganhasse personalidade jurídica. Isto não aconteceria, sem

dúvida, não fosse a determinação e a garra dos produtores, interessados em buscar novos horizontes para seus negócios. Nascia a 27 de março de 1963 a Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda, cuja primeira

presidente Arthur Braga Rodrigues Pires, o diretor-gerente Aloysio Gomes Carneiro e o diretor-secretário Benedito Lara. Como instalações não haviam, por algum tempo a entidade utilizou como sede a máquina de café pertencente a um de seus fundadores, Joaquim

Cooperativistas da região, como Leonardo Spadini e Oripes Rodrigues Gomes atuaram como “padrinhos” no convencimento aos produtores para a fundação da Cocamar

Romero Fontes, situada na rua Caramuru 155, Maringá Velho. Essa estrutura, aliás, quatro décadas mais tarde, continua em igual endereço, ainda preservada pelo mesmo proprietário.

Não muito mais tarde, a cooperativa instalaria-se em sede própria,

na Avenida Prudente de Moraes, 211, depois de adquirir um terreno espaçoso com armazém onde seria colocada em funcionamento uma estrutura para o benefício, padronização e preparo de

Fotografia 42 - Notícia de fundação da Cocamar

Fonte: Cocamar Cooperativa Agroindustrial (Maringá, PR).

O crescimento da cooperativa foi acompanhado de perto e, ao surgirem dificuldades, lá estava o BB para prestar seu apoio, como por exemplo, quando precisou comprar a primeira safra de algodão. Este fato é narrado na edição comemorativa da Cooperativa:

A nova e inesperada situação exigiu uma atitude rápida por parte da diretoria: procurar o Banco do Brasil. Reunidos com outro grande amigo da Cocamar, o gerente da agência de Maringá, Mário Bulhões da Fonseca, os dirigentes contaram com uma ajuda que foi crucial. Baseado nas regras de financiamento do BB, Bulhões pediu que fossem indicados 35 nomes de pessoas de confiança da cooperativa, que tivessem bom cadastro no banco para que fossem feitas cédulas rurais [...] (COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, 2003, p. 27)

A Cocamar, depois de enfrentar dificuldades e superar desafios, como o maior parque industrial do Brasil é, hoje, conhecida no cenário internacional. Com entrepostos na região Norte e Noroeste do estado do Paraná, e com mais de seis mil cooperados, industrializa e comercializa soja, café, algodão, laranja, trigo, canola, girassol, milho, polpa de frutas e álcool. Exatamente por sua abrangência em vários segmentos, a cooperativa passou a adotar a denominação Cocamar Cooperativa de Cafeicultores e agropecuaristas de Maringá Ltda. Por decisão da Assembleia Geral realizada em 2002, adota nova denominação: Cocamar Cooperativa Agroindustrial.

O BB ARREGIMENTOU OS PRODUTORES PARA DISCUTIR A IDÉIA

Maringá era uma dessas jovens e prósperas cidades que brotaram em meio ao fulgor da cafeicultura e cresciam a largas passadas. Com uma década e meia de existência apenas, o município, já um centro regional respeitável, teria também a sua cooperativa.

Coube ao então gerente da agência do Banco do Brasil, **Milton Mendes**, a tarefa de arregimentar os produtores e discutir a idéia. Várias reuniões se seguiram até que a entidade fosse, enfim, formatada e ganhasse personalidade jurídica. Isto não aconteceria, sem dúvida, não fosse a determinação e a garra dos produtores, interessados em buscar novos horizontes para seus negócios. Nascia a 27 de março de 1963 a Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda, cuja primeira diretoria era composta pelo presidente **Arthur Braga Rodrigues Pires**, o diretor-gerente **Aloysio Gomes Carneiro** e o diretor-secretário **Benedito Lara**. Como instalações não haviam,



Milton Mendes, gerente da agência do Banco do Brasil em Maringá

por algum tempo a entidade utilizou como sede a máquina de café pertencente a um de seus fundadores, **Joaquim Romero Fontes**, situada na rua Caramuru,⁴ Maringá Velho. Essa estrutura, aliás, quatro décadas mais tarde, continua em igual endereço, ainda preservada pelo mesmo proprietário.

Não muito mais tarde, a cooperativa instalaria-se em sede própria, na Avenida Prudente de Moraes, 211, depois de adquirir um terreno espaçoso com armazém onde seria colocada em funcionamento uma estrutura para o benefício, padronização e preparo de café.

A cooperativa surgiu com a sigla "Cocam", embora esta jamais tivesse sido utilizada; desde o início era "Cocamar", o que, no entanto, somente foi oficializado pelos cooperados durante assembléia em 1965.

COOPERATIVISTAS DA REGIÃO, COMO LEONARDO SPADINI E ORIPES RODRIGUES GOMES ORIENTARAM OS PRODUTORES PARA A FUNDAÇÃO DA COCOMAR

Fotografia 43 - Artigo publicado no livro "Cocamar - Uma História em Quatro Décadas" que conta a história dos 40 anos da cooperativa

Fonte: COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL (Maringá, PR). **Uma história em quatro décadas**. Maringá, 2003. 129 p. (algumas color.).



Fotografia 44 - Alguns funcionários do Banco do Brasil homenageados pela Cocamar
Legenda: Descerramento da placa que homenageia os funcionários do Banco do Brasil, por ocasião das comemorações de seus 40 anos de fundação: Shinitiro Shima, Donaldi Serra, Luiz Lourenço (presidente da Cocamar), Lourdes Rosário Lozada Bravo, esposa de Luiz Lourenço, Lília Mendes Betone (filha do ex-gerente do BB, Milton Mendes), Adhemar Antonio de Oliveira, Hugo Hoffmann e César Corio Di Buriasco.
Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 45 - Placa de agradecimento aos funcionários do Banco do Brasil que cooperaram com a Cocamar em seus 40 anos de existência
Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 46 - Vista aérea do Parque Industrial da Cocamar, em Maringá
Fonte: Cocamar.

3.13 Cesec Maringá: atividade-meio, do início ao fim

Até a década de 1920, o trabalho bancário era exclusivamente manual. Na década de 1930 surgem os copiadores de gelatina e a escrituração à máquina. A partir da década de 1940 são introduzidas, em larga escala, as máquinas calculadoras. Era período de atendimento reduzido, com dificuldades para se abrir conta em Banco ou possuir um talão de cheques. A estrutura da agência era simplificada, composta por gerente, subgerente, contador, subcontador, chefe de expediente, caixas, escriturários, contínuos e pessoal de apoio.

Na década de 1960 a estrutura do sistema financeiro brasileiro sofre intensas modificações: foi realizada uma ampla reforma bancária que, entre outras, criou o Banco Central do Brasil; padronizou atividades e rotinas dos bancos. Novas atribuições à rede bancária incentivaram o crescimento dos bancos, o que acarretou maior volume de serviços, ocasionando, por conseguinte, alterações de rotinas, layout das agências e dimensionamento dos recursos humanos. Surgem, em larga escala, os computadores, com vistas à racionalização dos serviços como meta para reduzir custos operacionais, o que causaria apreensão por parte de funcionários em relação a possíveis demissões (REVISTA DESED, n.5, 1967, p. 25).

A mecanização dos serviços fez com que a dinâmica do trabalho se modernizasse. Rotinas foram alteradas, métodos reestudados, setores novos surgiram, outros foram absorvidos. Tornou-se necessário também definir as atribuições para os novos cargos surgidos, remanejar antigas funções e estabelecer critérios de avaliação e controle. Em resumo: para

acompanhar as mudanças no processo de trabalho era preciso organizar e sistematizar uma nova estrutura (REVISTA DESED, n. 50, 1975).

Maior rapidez e segurança nos serviços já era preocupação do Banco do Brasil na década de 1940. Quando da posse na presidência do Banco, em 1951, Ricardo Jafet dá ênfase, em sua gestão, à mecanização dos serviços. Nessa época a agência de São Paulo operava com máquinas Hollerith e National, que executavam o controle de contas de depósitos, cobrança e folha de pagamento.

Na semana de 2 a 9 de abril de 1961 foi realizado o 1.º Seminário Brasileiro sobre Computadores Eletrônicos, quando foi apresentado, pela primeira vez no Brasil, um conjunto eletrônico da Bull, composto de uma reprodutora, uma classificadora e uma tabuladora-resumo. Diante das enormes complexidades das atribuições do BB, como executor da política do Governo e com as funções de estabelecimento bancário de primeira linha, o Banco adquire um conjunto de máquinas convencionais periféricas, à base de cartão perfurado e de duas calculadoras Gamma-30 (eletrônicas), inicialmente utilizadas nos serviços da Direção Geral, figurando o BB como pioneiro da mecanização dos serviços bancários. Em 1967 o BB possuía quatro computadores, sendo três (modelo IBM-1401) localizados na cidade do Rio de Janeiro e um (modelo Bull) na Agência Centro de São Paulo (PINHEIRO, 2011, p. 636).

O funcionário aposentado do Banco do Brasil, Raimundo Albuquerque Macedo (2012), onde, dos 30 anos de serviço, 21 foram exercidos na área de informática, escreveu em seu artigo “Banco do Brasil. Os serviços bancários, do período mecanizado ao informatizado - uma breve retrospectiva histórica, 2012”, narrando a sua experiência como funcionário do BB na área, descrevendo e registrando, por meio de fotos, os detalhes dessa época:

As contas de depósitos eram contabilizadas e controladas em fichas gráficas de cartolina, armazenadas em arquivos metálicos apropriados [...]. O grande artífice dessa contabilidade era a máquina ‘National 31’ que de acordo com a tarefa a ser executada, dispunha de barras removíveis específicas que atuavam como verdadeiros ‘programas de computadores’ [...]. Além da barra de depósitos, havia outras para fins distintos como o da escrituração das ‘pequenas contas’, a de desconto de títulos, as de confecção de balancetes diários, mensais e balanços semestrais, e ainda outra para a folha de pagamento com a impressão do respectivo ‘espelho’.

Em 1964 ainda não havia o processo de ‘cópias xerográficas’, lembra Macedo (2012). A impressão de cópias era feita por meio de mimeógrafos:

Inicialmente o texto do documento era datilografado com uma cópia de carbono roxo. Essa cópia carbonada era fixada no tambor cilíndrico do mimeógrafo que, por seu turno, dispunha também de um pequeno recipiente onde era colocado álcool. Alimentávamos o mimeógrafo com folhas avulsas em branco, cadastradas como 03/14 no livro de Codificação de Materiais de Expediente (o 03/14 nada mais é do que a folha A4 muito usada hoje nas impressões em computadores pessoais). À medida que acionávamos uma manivela para girar o cilindro, as cópias eram produzidas a cada giro.

Macedo (2012) destaca, também, algumas `revoluções' da época: a termocopiadora da marca 3M, que precedeu as hoje comuns máquinas Xerox e o telex, equipamento que permitia a transmissão de mensagens entre as diversas dependências do Banco. O seu funcionamento é assim descrito por ele:

O equipamento contava com um teclado semelhante ao de uma máquina de escrever e era conectado a uma linha telefônica. Possuía um disco semelhante ao dos telefones da época. O aparelho dispunha de um carretel onde era colocada uma fita de papel usada para perfuração. O operador preparava as mensagens a serem transmitidas, perfurando a fita com o teor da mensagem antecipadamente. No momento da transmissão, era só discar o número do telex de destino, e posicionar a fita de papel previamente perfurada na máquina e acionar o dispositivo para a transmissão.

Outra revolução para a época, relata o funcionário, foi o computador Bull Gamma 3, que dispunha de uma memória de 800 posições e contava com válvulas muito grandes, de mais de 20 cm de altura e de frequente aquecimento. Constituído de máquina perfuradora, classificadora e intercaladora de cartões, além de processadora e impressora, o Gamma 3 tinha a capacidade nominal de imprimir 120 linhas por minutos. Em seguida é adquirido pelo Banco o sistema Bull Gamma 30, mais evoluído. A partir de 1966 novos equipamentos são comprados, optando pelo computador IBM 1401, os primeiros com 8 k de memória e os demais com 12 k de memória.

No início dos anos 1970, surgiram novos computadores como o IBM 360/40, 360/65 e o Burroughs B 3500, que operavam com diferentes linguagens de programação e que incrementariam o uso de periféricos como discos magnéticos e fitas magnéticas. Nessa época, recorda Raimundo,

[...] não havia, ainda, um serviço de rede que permitisse que dois ou mais computadores compartilhassem suas informações entre si. Os Centros de Processamentos de Dados eram autônomos, isolados, não `conversavam' online. Quando se fazia necessária a remessa de arquivos informatizados a outros Centros, o envio era feito por meio de fitas magnéticas pelo malote.

A era da computação estava consolidada. Não havia retorno. O Banco do Brasil ingressara na era do processamento eletrônico de dados. Seria necessário criar uma política direcionada à utilização de recursos informatizados, com a finalidade de organizar e aperfeiçoar os procedimentos internos das inúmeras agências, para a agilização dos serviços prestados aos clientes. Por meio de diversos estudos, realizados pelos gestores, constatou-se que a maior parte dos serviços administrativos era realizada nas filiais e que a implantação de diversos centros poderia concentrar, em pequenos núcleos informatizados, o intenso volume de tarefas realizadas pelos funcionários das agências. Tudo isso contribuiria para um eficaz atendimento aos clientes.

As novas instruções emanadas pela Direção Geral, em 1975, estabeleciam novo organograma-padrão das agências, apresentando três funções básicas: administração,

supervisão e execução. A administração, representada pela gerência e subgerência, mantinha o comando. Na supervisão, exercida pelos encarregados, chefes e ajudantes de serviço, os serviços eram desenvolvidos em seis setores: Serex (setor de relações com o exterior); Setop (operações); Setex (expediente), subdividida em BATER (Bateria), PLATA (Plataforma) e RETAG (retaguarda); Sediv (serviços diversos); Setin (interno) e Tesou (tesouraria). Conforme as alterações determinadas por Brasília, a antiga Creai se transforma na Rural, tendo a seu cargo o processamento de empréstimos rurais e industriais, os serviços relativos às perícias e fiscalização, dentre outras obrigações. Além da Rural, o Setop tinha ainda sob o seu controle os subsetores Empre (Empréstimos), Desco (Desconto) e Cadas (Cadastro).

Dada às complexidades do funcionamento da nova estrutura, o Banco teve o cuidado de expedir manuais que facilitassem o desenvolvimento das tarefas. Primeiro surge a separata compensação, do setor interno. Depois, o manual de serviço do setex, abrangendo as rotinas dos caixas, plataforma e retaguarda. Outros manuais surgiram e, por fim, a consolidação deles: Codificação das Instruções Circulares (CIC).

Entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, na agência do BB em Maringá já havia o turno da noite, reservado aos serviços de compensação de cheques, que mais tarde seriam absorvidos pelo Cesec. Era o turno chamado de “Corujão”, responsável pelo lançamento de cheques, caixa e extracaixa. Os documentos digitados geravam fitas de papel perfurado e eram transportados de carro para a cidade de Londrina, para serem processados pelos computadores da IBM. No mesmo turno geravam relatórios destinados às agências subordinadas, que seriam encaminhados às respectivas agências, por carro, no mesmo dia. Os funcionários integrantes desse turno mantinham outra atividade durante o dia, principalmente os estudos universitários, razão pela qual trabalhavam à noite. Participaram do “corujão” dentre outros, os funcionários Adair José Longuini, Hugo Hoffmann, Raimundo Messias Barbosa de Carvalho, Otávio Salvadori, Antenor Errerias Lopes, Elias Norberto da Silva, Tomires, Marco Antonio Deprá, Jair Valdovino, Zenaide Simionato, Suzana Wesley, Zanata e Ideval Inácio de Paula.

Portanto, para imprimir maior velocidade, eficácia e segurança na execução das tarefas, bem como, melhor utilização de modernos recursos de teletransmissão de dados, a Diretoria do BB aprovou em 13/09/1976 o Projeto Cesec – proposta de criação dos Centros de Processamento de Serviços e Comunicações. O plano previa a instalação de 51 Centros e que se enquadravam em dois grupos: I, dotados de computador, e II, que possuíam apenas equipamentos de entrada de dados e de impressão de relatórios, utilizando, para a computação, os Cesec do tipo I, por meio de teletransmissão. Também as agências usuárias classificavam-se em dois grupos: 1 (cidades com estradas transitáveis durante todo o ano, suficientemente próximas dos Cesec para possibilitar execução diária dos serviços e transporte de documentos) e 2 (as demais).

Os Centros de Processamentos possuíam, basicamente, uma assessoria de planejamento e controle de produção, e quatro núcleos: serviços internos; serviços gerais; processamento de dados; e microfilmagem, gravação e conferência. A dotação de pessoal se baseava, sobretudo, no volume dos serviços absorvidos das agências. Os cargos comissionados eram preenchidos mediante concorrência, para a qual o Funci reservava 50% das vagas a candidatos lotados nas agências jurisdicionadas pelo Centro (BOLETIM DE INFORMAÇÃO AO PESSOAL - BIP [BANCO DO BRASIL S.A.], n. 63, 1978).

Nesse sentido, a instalação desses centros foi minuciosamente estudada quanto à distribuição de locais que atendessem o maior número de agências, pensando-se nos seguintes aspectos: distribuição geográfica, porte e capacidade de absorção de tarefas de cada uma das agências. Assim, os Cesec eram instalados em regiões estratégicas, de maneira a facilitar a acessibilidade de todas as unidades, tornando possível a redução de distâncias físicas entre a área de suporte e o próprio local de atendimento; obtendo-se, ainda, os parâmetros de segurança, custos e capacidade gerencial.

A partir desse sistema, basicamente, os serviços foram divididos em dois segmentos: os Cesec, cujas atividades-meio não estavam atreladas ao atendimento direto com público e tinham por objetivo dar suporte aos funcionários das agências e, as agências, que atendiam diretamente aos clientes e eram conhecidas como atividades-fim.

O Boletim de Informação ao Pessoal - BIP [Banco do Brasil S.A.], n. 1, abr. 1978 noticiava que até 1980 entrariam em funcionamento no País, 51 Cesec, prevendo a mobilização de aproximadamente 10 mil funcionários, os quais seriam deslocados para os quadros dos Cesec:

Representam nova fase na sistemática de prestação de serviços das agências, que se transformarão em centros de decisões e atendimento ao público. É que, facilitando o acesso de todas as dependências do Banco aos equipamentos avançados de mecanização – medida praticamente impossível na sistemática antiga – os Centros permitirão que as agências sejam liberadas dos trabalhos rotineiros e meramente repetitivos. (BOLETIM DE INFORMAÇÃO AO PESSOAL - BIP [BANCO DO BRASIL S.A.], n. 63, 1978).

Depósitos, cobrança, fundo de garantia, folhas de pagamento, escrituração de empréstimos, balancetes, compensação de cheques (sistema integrado), gravação de cartões-ouro e personalização de talões de cheques eram alguns dos serviços, até então executados pelas agências, os quais passariam à exclusiva atribuição dos Cesec.

No dia 12 de maio de 1981, o Cesec Maringá iniciou as suas atividades, sob o comando de Joacy Machado Botelho e do adjunto José Perini, ocupando o mesmo prédio da agência do Banco do Brasil. Joacy, que atuava como mentor da implantação da tecnologia na Unidade Regional de Implantação (URI), em São Paulo, pretendia retornar para o Paraná e, por isso, participou de um processo seletivo para a chefia daquele Cesec, assumindo o cargo em 06 de janeiro de 1981.

Como forma de buscar soluções conjuntas e atingir as metas estabelecidas, a integração com as agências jurisdicionadas (regiões Norte e Noroeste do Estado), era indispensável, sempre como alvo a qualidade dos serviços, redução de custos e uniformização de procedimentos, daí as reuniões constantes entre a administração do Centro e as agências, acompanhada por funcionários das áreas técnicas operacionais.

A política do Banco do Brasil estava voltada agora, para uma mudança de comportamento de seus administradores, de forma a haver maior estreitamento nas relações entre administradores, funcionários e clientes. Até o início da década de 1980, o mercado vinha ao banco. Este paradigma tinha de ser mudado. Agora o banco vai ao mercado. Para a implantação dessa nova relação, a escolha de um administrador com o perfil desejado pela instituição era primordial: a pessoa certa para o desempenho de uma tarefa que deveria ser desenvolvida por alguém que preenchesse os requisitos indispensáveis para o desiderato.

Ao ser entrevistado pelos autores deste livro, Joacy lembra que a criação do Cesec Maringá aconteceu devido a dois fatores importantes: a seleção de cidades-polos, que pudessem atender a várias agências; e a centralização de todos os serviços em um único prédio, com entrada independente, o que facilitaria o fluxo de pessoas nas agências.

A formação da equipe do Cesec Maringá, segundo Joacy, era de extrema urgência, por isso alguns funcionários foram indicados pelo adjunto José Perini; outros eram provenientes de Centros de Processamento já instalados há algum tempo, o que contribuiu para a integração de conhecimentos entre aqueles que ainda não tinham o domínio dessa sistemática. Além disso, vários funcionários de agências locais migraram para os Cesec e a absorção de funcionárias, aprovadas em concurso, mas que ainda não haviam assumido os respectivos cargos em agências da região, formaram a nova equipe daquele centro.

O sucesso desse sistema deveu-se ao sentido humanitário e humildade desse gestor; características importantes sempre reconhecidas, inclusive por funcionários que, muitas vezes, se manifestaram nos jornais informativos da AABB. Na Gazeta Abebeana n. 23, edição de out. de 1987, escreviam Célia Herculano, Elias Norberto e Helena Marques:

Falar sobre o Joacy é uma tarefa agradável e, ao mesmo tempo, difícil. Sempre mostrou seu lado profissional e pouco do pessoal. Por essa razão, não poderíamos desvendar aspectos do temperamento na intimidade daquele que será o gerente-adjunto da Agência Nossa Senhora da Lapa (bem feito!). Sabemos, entretanto, da sua extrema dedicação no convívio familiar, que divide com Salete, os filhos Maria Valéria, Maria Paula e Júlio César.

Esse gestor, na direção do Cesec, sempre teve por meta o respeito pelos funcionários e uma das características de sua administração foi a de trabalhar com as portas abertas de sua sala, sempre pronto a ouvir todos os que o procuravam. A simplicidade e inteligência, desse paulista de Chavantes, contribuíram para implantar e consolidar um ambiente democrático,

onde as ideias foram, se não totalmente aceitas, sempre discutidas e respeitadas. “Considera-se esse o maior legado que nos deixa”, registram Célia, Elias e Helena.

Todos reconheciam o seu intenso amor em manusear aqueles equipamentos de processamento de dados, contagiando muitos outros colegas na implantação desse sistema. Desenvolveu vários programas, dos quais, alguns foram aproveitados em outros Cesec. “Nesta área podemos considerá-lo um autodidata. Outros assuntos também tomam o tempo das leituras do Joacy: toda novidade na área de administração e, mais recentemente, as questões econômicas”, destacam os abebeanos.

Célia, Elias e Helena, concluem:

Alição que esta figura humana extraordinária nos deixa é, sobretudo, de competência, companheirismo e humildade, que temos certeza terá sido assimilada, não somente por aqueles que tiveram a oportunidade de com ele conviver mais de perto, mas por todos os colegas da região de abrangência do Cesec. (GAZETA ABEBEANA, n. 23, 1987).

“JOACY: O CONTEÚDO ALÉM DA FRASE”

Com este título, Angelo Edval Roman prestou sua homenagem ao responsável pelo Cesec, naquele período, na edição da Gazeta Abebeana, n. 24, fev./mar., 1988:

Para falar do Joacy é preciso muito espaço. Do tamanho de sua inteligência, coerência e humildade. Haja papel! Quem já trabalhou em outras dependências e aqui veio, encontrou outro Banco do Brasil: aquele de que se fala nos cursos; aquele em que os valores humanos são realçados e respeitados; aquele em que o Chefe não precisa proibir ou ordenar para que tudo vá bem, ou para ‘mostrar quem manda.

Os lemas de Joacy sempre foram: “preocupação com a empresa: produtividade. Para os funcionários: trabalhar com prazer. É possível? É. O Joacy falava (falar num sentido bem mais amplo do que emitir palavras pela boca), pregava, e fazia o que pregava e falava.”

Angelo Edval Roman chamava a atenção para a dificuldade de as pessoas fazerem o que falam. Joacy fazia e, certamente, continua fazendo, frisa Angelo, afirmando:

O Joacy, como administrador, tem visão da totalidade, enxergando além daquilo que se vê e se lê. Cometeu erros? Sua humildade dizia que sim; mas cada erro, certamente, seria uma lição de aperfeiçoamento. Teve obstáculos? Teve, mas não esmoreceu, apesar de ser muito mais fácil ser autoritário. Para ser democrático é preciso ser forte de convicção, ser humilde, O forte não usa seu cargo para se impor, para ser respeitado. Isso é para os fracos. (GAZETA ABEBEANA, n. 24, 1988).

O “chefe” Joacy, como costumava ser chamado carinhosamente pelos funcionários, conquistou muitos amigos no Banco do Brasil e de forma quase unânime afirmam ser um incentivador e motivador de todos que trabalharam com ele. É de uma bondade inequívoca, mas sem ser benevolente, por isso, a maioria jamais colocaria o “baixinho” (apelido que todos usavam quando estavam longe dele) em situações de adversidades ou o magoariam. Tudo isso, porque sempre administrava o Centro sem pressões ou ordens grosseiras. Dessa forma, a equipe colaborava, até mesmo, em períodos de intensas atividades.

Angelo fez questão de registrar que todos eram tratados no Cesec como seres humanos e não como máquinas. Várias situações, adversas a ele, ocorreram e a sua postura firme e equilibrada mantinha a organização das atividades sempre favorável à instituição e ao funcionalismo. O sentido humanitário desse “chefe” humanizava os setores e todos entendiam que não eram máquinas, apesar de horas estafantes devido à massa de trabalho. Uma de suas premissas era a compreensão, pois em momentos difíceis de cada um dos funcionários era possível conciliar a vida particular deles com o trabalho.

Durante sua existência (16 anos), passaram pela administração do Cesec, além de Joacy Machado Botelho e José Perini, os funcionários Benício Francisco Perboni, Waldomiro Barbieri, Messias Gaudêncio Bazoli, Antonio Carlos Costa, Elvio Aurélio de Almeida, Marcio Rodriguez Granado e Valmor de Fátima Ferreira Bueno.

Diante das reestruturações efetuadas pelo Banco do Brasil, os Cesec foram desativados. Em Maringá, seu encerramento se deu no final de 1997. O leitor poderá obter mais detalhes sobre a história do Cesec Maringá, em DVD (40 minutos), produzido por José Carlos do Lago, Roldão Alves de Moura e Wagner (BOLA) junto à secretaria da AABB Maringá. No DVD está o registro de todos os setores do Centro, com as respectivas equipes e comissionados.



Fotografia 47 - Joacy e Perini, os primeiros administradores do Cesec Maringá
Fonte: Acervo AABB Maringá.



Fotografia 48 - Na comemoração dos 10 anos do Cesec, a apresentação do coral infantil da ABB - Maringá, composto por 20 crianças de 8 a 14 anos

Fonte: Acervo ABB Maringá.

3.14 Nujur - Núcleo Jurídico Regional do Banco do Brasil: apoio jurídico às AABBs

O Serviço Jurídico Regional do Banco do Brasil (Sejur) funcionava como um setor vinculado à agência, cujo quadro funcional era composto por funcionários concursados. O primeiro advogado a ingressar no setor foi o funcionário do BB, Ayrton Pinheiro e, posteriormente, Alcindo de Souza Franco, Lélis Vieira dos Santos, Antenor Errerias Lopes e Raimundo Messias Barbosa de Carvalho.

A criação do Núcleo Jurídico Regional em Maringá (Nujur) ocorreu em 1988 sob a chefia de Otávio Salvadori, que permaneceu até 1996, quando se aposentou. Foi substituído por Raimundo Messias Barbosa de Carvalho, que mais tarde também se aposenta, assumindo em seu lugar, o advogado Ideval Inácio de Paula. Atualmente o Nujur tem à sua frente o advogado Edson Shoití Fugie e, na secretaria do Núcleo desde 1995, a funcionária Marta Yaeko Ito Egami.

As atividades jurídicas do Nujur não se restringiam somente às causas do Banco do Brasil, pois o apoio jurídico estendia-se à Cooperativa (Coofbram), à Previ e à ABB, que abrangia as causas cíveis e trabalhistas, consultivas ou contenciosas.

Inicialmente, o Nujur abrangia as regiões de Maringá, Jandaia do Sul, Astorga, Colorado, Querência do Norte, Cidade Gaúcha, Paiçandu, Dr. Camargo, Floresta, Itambé e Paranavaí, todas contando com a colaboração dos advogados Anito Rocha de Oliveira, Armando Vieira Laranjeiro, Carlos Alberto Bezerra, Ezaqueu Elpidio dos Santos, Iracema Okada Dias, Jairo Basso, José Carlos Fabri, além dos advogados Manoel Ronaldo Leite Junior, Maxmillian Gomes Colhado, Walter da Costa e Walter Kruse.

Esse Núcleo Jurídico ampliou-se, também, para as regiões de Borrazópolis, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Mariluz, Goioerê, Umuarama, Iporã e Querência do Norte. Todavia, a maioria das ações de cobrança e as contra o Banco foram terceirizadas; mantendo-se, nas mãos dos advogados de carreira do Banco do Brasil, somente aquelas consideradas estratégicas.